

CAPÍTULO III - CONEXÕES TERRITORIAIS E REDES MERCANTIS NOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA

3.1. A PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NO COMÉRCIO EXTERNO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS, NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Na segunda metade do século XVIII, considerando a crise da produção mineradora no Brasil, a economia colonial viveu uma retração da produção seguido de realinhamentos necessários. O processo de interiorização da população colonial, em decorrência da mineração e de outros vetores de ocupação dos sertões nos séculos anteriores, proporcionou uma dinâmica de trocas que se articulava em caráter regional, mas que se projetava também para outras praças do Império.

Os realinhamentos tiveram como consequência o soerguimento da economia colonial no final do século XVIII, período no qual se afirmou o comércio interno como dinâmica de produção e circulação de riquezas, a conexão entre territórios centrais e litorais, bem como a pulverização da produção. Isso promoveu a superação das grandes economias predominantes desde o primórdio da colonização e passou a ser visto pela historiografia com caráter especial e demarcador de uma temporalidade específica.

Fragoso (2002), ao tratar do que convencionou chamar de período colonial tardio, iniciado logo após a decadência da economia do ouro no Brasil considera que esse período “seria seguido pelo declínio da produção aurífera e, depois, pelo retorno em grande estilo da forma tradicional da riqueza colonial – a agricultura de exportação”. Pelas relevantes pesquisas já realizadas, essa conjuntura, segundo Fragoso, “seria marcada não apenas pela recuperação da produção de artigos como o açúcar e o tabaco, mas também pelo crescimento de novas culturas de exportação [como o algodão e o anil] ” na Capitania da Bahia.

Os estudos de Barickman (2003), os anos de 1780 a 1860 demarcaram o período com a intensificação da economia de exportação. Para ele, essa conjuntura da historiografia baiana foi particularmente marcada por uma espécie de retorno à exportação de gêneros agrícolas, a partir de um processo de expansão das áreas produtivas dos principais gêneros associados ao Recôncavo baiano, açúcar, fumo, farinha de mandioca, e de outros gêneros distribuídos pelo território, a exemplo do algodão, couros, aguardentes, etc.

Esta expansão demarcou também o desenvolvimento do mercado interno de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, o que legou para territórios, como o Alto Sertão da Bahia, um importante papel na policultura de alimentos e exportação de algodão e gado *vacum*.

Sobre o caráter dessa economia, sua natureza intercíclica¹⁴⁴, considerando a constante flutuação de preços nos mercados europeus, Maximiliano Menz (2013, p. 36) afirma que

O crescimento nos preços dos produtos coloniais foi decisivo, mas arrisco a dizer que na década de 1790 o centro dinâmico não era apenas a agricultura de exportação, mas um complexo econômico que unia as atividades manufatureiras na metrópole à agricultura do litoral do Brasil, particularmente na produção do algodão.

Para ele, os efeitos tardios das reformas econômicas empreendidas pelo Marquês de Pombal que incentivava a diversificação manufatureira na metrópole, aliada a um ciclo de recuperação de preços dos principais produtos de exportação coloniais, provocaram ajustes positivos na economia do Império.

Em sua obra, Araújo (2006, p. 27), lembra que o início do século XIX foi marcado pelo liberalismo comercial, a partir das políticas de alinhamento com o capital inglês, buscando romper o isolamento com comércio europeu, implantado pelo bloqueio continental de Napoleão, imperador francês. Segundo José Jobson de Arruda, a economia brasileira esteve marcada pelos elevados números do tráfico negreiro, “um dos mais altos da história colonial” e por dispersão rural com o fortalecimento do modelo das fazendas mistas, unidades produtoras cuja especialidade era a diversificação produtiva agropastoril, com alta eficiência econômica, sendo capaz de remunerar o seu custo, “três vezes superior ao do trabalho compulsório do escravo indígena, no ápice da escravidão nativa (para o caso de São Paulo). Para ele, assim pode ser compreendido o modelo produtivo da fazenda mista.

Diversificação que se manifesta em escalas variadas conforme a temporalidade e a espacialidade em que se insere, acabando por erigir um sistema econômico e social definido pela resistência e duração, pela incrível maleabilidade de ajustar-se às injunções do tempo, às induções emanadas das circunstâncias imediatas coloniais, locais ou regionais, bem como às pulsões ditadas pelos movimentos econômicos do Império português. Um modo de vida *sui generis*, que poderia transitar do autoconsumo à condição

¹⁴⁴ Refere-se à um hiato intercíclico que, na ausência de um produto de exportação com papel central na organização da economia brasileira, promoveu-se uma pulverização produtiva visando compensar a balança de exportações da colônia. No caso em questão, trata-se do período compreendido entre a crise da mineração no Brasil, por volta de 1760 até cerca de 1830, com a ascensão da economia cafeeira. Os estudos acerca dos processos cíclicos da economia têm longa tradição na história, particularmente da história econômica, além de ser, claro, objeto da ciência econômica. Autores como David Ricardo, Adam Smith, Thomas Malthus, dentre outros, abordavam o tema sob variados aspectos.

de células abastecedoras dos centros mais ativos, fossem eles complexos açucareiros ou mineradores, e regredir à quase autossuficiência¹⁴⁵.

Arruda (2020) advoga a ideia de que o modelo produtivo da fazenda mista representa o centro de um padrão de colonização, surgido a partir de uma nova política colonialista encetada pelo Marquês de Pombal. Esse modelo produtivo da fazenda mista desenvolvido no planalto paulista em razão das dificuldades encontradas no desenvolvimento da economia açucareira, teria sido transplantada pelos sertanistas paulistas a outras regiões do país, a exemplo da Capitania de Minas Gerais. Pode-se dizer também que os sertões da Bahia se desenvolveram a partir desse modelo de estrutura produtiva, onde assumiu sua plena versatilidade ao ser estimulada e incorporada a uma economia monetizada pelo comércio interno colonial. (ARRUDA, 2020, p. 2)¹⁴⁶

Para refletir sobre a economia baiana à luz das abordagens apresentadas, recorre-se aos registros constantes dos mapas de exportação e importação da Capitania da Bahia para o período em estudo. Os registros a seguir apresentam um panorama econômico da Capitania da Bahia na transição do século XVIII para o século XIX. Por meio dele, podemos perceber as principais regiões com as quais esta capitania estabelecia relações comerciais com maior intensidade. Além das praças portuguesas e Ilha da Madeira, as regiões da Costa da Mina, Angola e Benguela e Ilha de S. Thomé na África. Para as outras capitanias do Brasil, apenas o Rio Grande de S. Pedro figura com a capitania com conexões mercantis mais significativos.

Os mapas gerais de importação e exportação, além do mapa geral de entrada e saída de navios do Porto da Bahia registram para o período compreendido entre 1798 e 1802 números que expressam a pujança e relevância da participação mercantil da Bahia no contexto do Império português. Esses números refletem, portanto, o momento da retomada das atividades agrícolas no Brasil como subsídio para o incremento mercantil, conforme se apontou. Nesta primeira fase a praça da Bahia ainda operava em concorrência e conexão com as principais praças portuguesas, de onde seus produtos eram redistribuídos para outras partes do império ou fora dele.

¹⁴⁵ Reflexões desenvolvidas no texto: ARRUDA, José Jobson de. A fazenda mista colonial paulista entre a economia e a cultura. **Revista Scielo humanas / Scielo em perspectiva**. 24 de novembro de 2020. In: humanas.blog.scielo.org/blog/2020/11/24/a-fazenda-mista-colonial-paulista-entre-a-economia-e-a-cultura/, acessado em 21 de abril de 2021.

¹⁴⁶ Ver os estudos do prof. Arruda para o tema em: ARRUDA, José Jobson de. A essencialidade agropastoril da economia colonial: a fazenda mista paulista. In: **Revista de História** (São Paulo). Dossiê: História da Colonização em Terras Paulistas: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX), v.39, 2020, e2020022, ISSN 1980-4369, pp. 2-19.

Quadro 3 - Relação Geral de Importação que fez Portugal Feitorias da Costa de África, Azia e Portos do Brasil sobre a Bahia em cinco anos de 1798 a 1802

	Portugal	Ilha da Madeira	Costa da Mina	Angola e Bengala	S. Thomé	Rio Grande	Total
1798	2.064.012\$430	504.256\$154	216.880\$000	3.592\$475	382.000\$000	3.170.741059
1799	2.736.925\$862	434.123\$852	132.480\$000	292.900\$000	3.616.429\$715
1800	1.792.269\$750	116.687.\$000	626.979\$000	198.800\$000		215.520\$000	2.845.249\$750
1801	2.521.782\$485	12.000\$000	526.448\$000	146.960\$000		184.200\$000	3.391.390\$485
1802	1.955.201\$950	15.000\$000	435.910\$400	315.080\$000		325.000\$000	3.046.192\$350
	11.090:186\$478	386:007\$4778	2.527:717\$406	1.010:200\$000	3:592\$000	1.399:120\$000	16.070:003\$359

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, acervo digital. Disponível em:
<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/430143>, acessado em dez. / 2020.

Quadro 4 - Relação Geral de Exportação que fez a Bahia para Portugal, Feitorias da Costa da África, Azia e Portos do Brasil em cinco anos de 1798 a 1802

	Portugal	Ilha da Mad. ^a	Costa da Mina	Angola	S. Thomé	Goa	Rio Grande	Total
1798	2.688:354\$070		183.520\$000	47.000\$000	3.592\$475	6.750\$815	19.240\$000	3.114:457\$360
1799	4.792:146\$840		238:510\$800	62.674\$640		19.712\$150	182.440\$000	3.313:484\$430
1800	3.006:991\$100		237.744\$040	32.400\$000	1.000\$000	13.169\$030	223.200\$000	3.514:304\$790
1801	3.041.207\$600	6.240\$000	178.102\$400	30.716\$000	4.019\$200	10.007\$000	132.800\$000	3.423:086\$200
1802	2.551:728\$400	22.000\$000	195.667\$040	41.100\$520	1.473\$000	11.489\$265	237.240\$000	3.066:698\$225
TOTAIS	16.080:428\$010	28.240\$000	1.053:344\$880	213.891\$160	16.084\$675	61.122\$260	990.920\$000	18.434:030\$985

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, acervo digital. Disponível em:
<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/430143>, acessado em dez. / 2020.

Quadro 5 - Mapa Geral de Entrada e Saída de Navios da Bahia para Portugal e outros Portos em cinco anos de 1798 a 1802

Entrarão	Sairão
1798.....291280
1799.....315328
1800.....298268
1801.....309283
1802.....272282
.....1.4851441

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, acervo digital. Disponível em:
<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/430143>, acessado em dez. / 2020.

Os quadros acima representados traduzem uma dinâmica intensiva da praça mercantil da Capitania da Bahia, seja pela relevante movimentação e embarcações em seus portos na direção de Portugal, seja por outras praças do Império português ou dos valores expressivos envolvidos nessas transações. O giro anual do comércio com a Bahia ultrapassava somas anuais de mais de 3 mil contos, o que a coloca em posição de liderança em toda a América portuguesa. Ainda que o Rio de Janeiro enquanto nova capital do Estado do Brasil figurava como principal porto de entrada dos escravos em ascensão desde o início do século XVIII, as áreas produtivas de gêneros tropicais ainda se encontravam localizados nas capitanias do Norte, tendo a Bahia como seu principal porto escoador.

Os números refletem algum equilíbrio entre os movimentos de entradas e saídas e, destes movimentos entre os anos do período representado, tanto por volume de produtos, quanto pelo número de embarcações que os promoviam. O volume de entrada, que superou 16.070 contos, contra saída de mais de 18.434 contos para o período de 5 anos, além de superávit de mais de 2 mil contos de réis, representa números que colocava a Bahia dentre os maiores centros mercantis do império.

Os registros reafirmam o papel da praça da Bahia na circulação de gêneros para as demais praças do império e outros centros mercantis. Pelo Porto da Bahia circulavam uma variedade de gêneros para diversas praças conectadas a ele. Pode-se concluir que a Capitania da Bahia, não obstante ter perdido a capitalidade do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro (1763), não perdera sua relevância na dinâmica mercantil do Império português. Essa conjuntura é composta de duas importantes variáveis que justifica essa relevância: o advento de uma economia baseada na diversificação de gêneros agrícolas para o abastecimento das várias praças do império desde a década de 1780 e o novo papel ocupado pela América portuguesa com a transferência da sede do Império para a América portuguesa, capaz de reforçar ainda mais a participação baiana no comércio imperial.

A relevância ocupada pelo porto da Bahia deveu-se não apenas pela sua capacidade de atuar como praça reexportadora, cuja conexão com outras praças em África e Ásia originária da antiga rota da pimenta e especiarias e reforçada pelo comércio de escravos, sendo um dos principais portos da América. Ressalta-se também sua produção interna e sua inserção no comércio Atlântico, ou seja, a conexão que da cidade da Bahia e seu recôncavo se fazia com os sertões e, por meio do seu porto, fazia chegar os gêneros aí produzidos a outras praças do Império.

Além do açúcar, seu principal produto de exportação desde a constituição da Capitania, o tabaco, algodão, couros, arroz, madeira, aguardente, búzios, pescados, óleo de baleia e outros gêneros cultivados ou extraídos figuravam entre a diversificada pauta de exportações baianas.

Na figura representada a seguir, apresentamos um mapa das exportações da Capitania da Bahia para o ano de 1810, que permite verificar as principais praças para as quais a Bahia exportava seus produtos, os valores e as variedades dos artigos correspondentes. Esses registros já evidenciam a participação da Bahia como uma das principais praças reexportadoras do Império luso-brasileiro que se instaura, promovendo uma dinâmica que conectava suas regiões se projetava por todo o território do império.

O mapa da exportação dos produtos da Capitania da Bahia, apresentado a seguir, registrou para o ano de 1810 um volume total exportações de 3.329:232\$410 (três mil, trezentos e vinte e nove contos, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e dez réis) contra 2.817:079\$270 (dois mil, oitocentos e dezessete contos, setenta e nove mil e duzentos e setenta réis), para o ano de 1809, e 1.418:338\$025 (um mil, quatrocentos e dezoito contos, trezentos e trinta e oito mil e vinte e cinco réis) em 1808.

Os números revelam uma retomada do crescimento impressionante de quase 100% de 1808 para 1809, o que talvez tenha sido resultado da abertura dos portos, considerando já o papel que os portos da Bahia ocupavam no comércio imperial, com estrutura produtiva aquecida e rede mercantil consolidada há bastante tempo, apesar das crises ocasionais.

O crescimento mais marcante da exportação baiana, em 1809, se deu em direção aos portos portugueses, principal praça reexportadora do Império que, com isso, cresceu mais de 850%, um número espetacular. Esse movimento permite saltar, em valores absolutos, de 80:221\$000 (oitenta contos e duzentos e vinte e um mil réis), em 1808, para 685:524\$900 (seiscentos e oitenta e cinco contos, quinhentos e vinte e quatro mil réis), em 1809.

Em 1810, as exportações para Portugal e para outros portos, por meio exclusivamente de navios portugueses, chegou à soma de 1.513:925\$700 (mil quinhentos e treze contos e novecentos e vinte e cinco mil e setecentos réis). Para o ano de 1810, tomado em relação a 1809, o incremento foi de cerca de 512:153\$140 (quinhentos contos e cento e cinquenta e três mil e cento e quarenta réis) para o volume total da exportação baiana, o que equivaleu a pouco mais de 20% do montante exportado em 1809.

Isso pode significar forte retração do crescimento em razão dos tratados comerciais assinados com os ingleses. Esses tratados constituíram, como se sabe, um controle britânico de vários setores dos mercados do Império e controle aberto da economia inglesa, especialmente de manufaturados.

Quadro 6 - -Relação de Exportação dos produtos da Capitania da Bahia para Portugal e outros portos (1810)¹⁴⁷

MAPA DE EXPORTAÇÃO DOS PRODUTOS DA CAPITANIA DA BAHIA PARA PORTUGAL E OUTROS PORTOS																
	Açúcar	Aguardente	Algodão	Arroz	Café	Couros	Doces	Madeiras	Miudezas	Mercadorias	Precioso	Sal	Solas	Sebo	Tabaco	TOTALS
Para Portugal e outros portos em navios portugueses*	359.914	748 pipas	330.350	11:238	1455	“	4.939\$600r	3.000\$000	“	“	“	“	34.326	4.871	415:734	1.513.925\$700
Em navios ingleses	141.367	“	102.707	“	2438	66.655	“	10:732\$000	“	“	“	“	“	12.703	48.404	1.004.081\$980
Portos da África	180	659	“	“	“	“	170L	“	“	“	“	“	“	“	227.222	305:849\$400
Rio Grande do Sul	“	“	“	“	“	“	“	“	“	120:000\$000	316:000\$ r.	90:000 alq.	“	“	“	493.600\$000
Góia	“	“	“	“	“	“	“	“	“	“	“	“	“	“	6.169	11:775\$330
[SOMA]	501.461	1.407 Pipas	135.742	11:238	3.893	209.382	170 L	15:671\$600	3.000\$000	120:600\$000	316:000\$000	90.000 alq.	34.326	17.574	697.529	3.329:232\$410
	Portugal	Madeira	Inglaterra	Gibraltar	Diversos Portos	Costa da Mina	Angola	Rio Grande	Go a							
Em 1809	685:524\$900	“	“	“	1.223:085\$640	332:629\$640	11:905\$200	554:000\$000	9:933\$890							
“ 1808	80:221\$000	162:805\$600	219:332\$650	109:514\$200	243:029\$200	120:493\$440	4:240\$000	469:600\$000	9:101\$335							

Fonte: Arquivo Nacional – Série Interior – Negócios de Províncias e Estados. (Notação: iij9-322- vol.6-offícios do Governo da Bahia, (1813).

¹⁴⁷ Extraído dos officios da Bahia 1810.

Ao se observar a tabela anterior, percebe-se que as exportações baianas para o período tinham como destino várias praças do império e aliados. Além da praça de Lisboa - responsável pela redistribuição para portos da Europa e outros portos do Império - sobressaem também a exportação em navios ingleses ocupando a segunda posição em volume exportado.

Na sequência, aparecem os outros destinos, como as praças de Gibraltar, Madeira, Costa da Mina, Angola, Goa, além de diversos outros portos não nominados e a Província de Rio Grande, com volume significativo de importação de produtos baianos. Dentre os principais produtos da pauta estavam: açúcar, aguardente, algodão, arroz, café, couros, doces madeiras, miudezas, sal, sola, sebos e tabaco, além de outras mercadorias não especificadas, inclusive um produto registrado como “precioso”, não identificado ou relacionado aos já conhecidos.

Como os ditos produtos “precioso[s]” eram exportados exclusivamente para o Rio Grande do Sul, segundo a fonte consultada, buscamos respostas a partir da análise dos produtos importados por aquela capitania no período estudado (DALMAZO, 2004, p.90). Dentre os gêneros não relacionados nesta tabela, constavam apenas dois: farinha e escravos. Embora ambos fossem produtos preciosos para a economia mercantil colonial e cumprissem certa função complementar, deduz-se tratar de escravos, considerando a prática do escamoteamento dos registros sobre o comércio de negros na colônia, muito comuns para o período.

Com o advento dos tratados comerciais com a Inglaterra, em 1810, houve um abalo significativo na economia brasileira e baiana com as praças portuguesas. Fragoso (2001) assevera que o:

Setor chave da primeira fase da revolução industrial, indústria nascente em Portugal, o têxtil de algodão foi atingido em cheio, mal sobrevivendo nas décadas seguintes [do tratado de 1810]. Com ele, é toda a industrialização do país que foi afetada (...) acentua-se a tendência a rejeição de Portugal para uma situação de simples fornecedor de produtos primários (FRAGOSO, 2001, p. 105).

Ao estudar as importações da Bahia para o período de 1808 a 1810, a partir da tabela de importação a seguir, pode-se melhor avaliar o cenário da economia baiana para o período. Ali se reflete as transformações operadas na reconfiguração do Império Português.

Ao analisar a posição da economia baiana para o período analisado, interessa-se aqui retratar a dinâmica verificada entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, podemos verificar a posição que o algodão ocupou naquela conjuntura. Para isso,

passa-se a avaliar a sua participação na economia baiana tomando por base o mapa da exportação da Capitania da Bahia para as mais importantes praças do Império português.

A seguir, apresenta-se um dos registros econômicos mais significativos para o período, com detalhamento dos principais gêneros exportados pela Capitania da Bahia para as praças de Portugal, outros países europeus, Ásia, África e outros portos do Brasil. Como sua leitura é relativamente comprometida pela qualidade do suporte de papel da fonte, decidiu-se pela sua representação e análise em quadro sinóptico dos resultados dessas exportações para os anos de 1808, 1809 e 1810.

Figura 13 -Relação de importação que fez Portugal, Europa, Ásia, África e Portos Do Brasil sobre a Bahia em todo o ano de 1810

Fonte: Arquivo Nacional – Série Interior – Negócios de Províncias e Estados (Notação: ijj9 – 322 – vol. 6 – Offícios do Governo da Bahia, (1813).

Da tabela retratada acima, extraiu-se apenas um resumo dos números, o que nos permite algumas avaliações sobre a dinâmica econômica para o período de 1808 a 1810, expressos no quadro 1 a seguir.

Quadro 6- Resumo dos valores das importações de produtos pelos portos da Bahia – Anos 1808, 1809 e 1810

RESUMO: Em 1808	Valores
Mercad.as de Europa	815:067\$890
Da Fab. ^{as} Privil. ^{as}	30:371\$950
Da Ásia	378:709\$780
Costa da Mina	602:392\$600
Rio Grande	458:600\$000
SOMA.....	2.367:457\$960
RESUMO: Em 1809	
Mercad.as de Europa	1.396:327\$936
De Portugal	559:506\$420
Da Fab. ^{as} Privil. ^{as}	115:235\$200
Da Ásia	443:058\$900
Costa da Mina	765:187\$200
Rio Grande	1.006:686\$000
SOMA.....	3.198:578\$656
RESUMO: [1810]	
Mercad.as e Gen.ros Europeos	1.775:030\$480
Mercad.as ag, dePortugal	87:890\$280
Mercad.as das fábricas privilegiadas	127:596\$260
Mercador.as de Ásia	148:678\$100
SOMA.....	2.138:994\$300
Da Costa da Mina	743:181\$000
do Rio Grande do Sul	1.096:780\$000
SOMA.....	3.978:955\$900

Fonte: Arquivo Nacional. Offícios da Bahia – (1809).

À primeira vista, vê-se claramente o aumento do volume das importações nos anos que se seguem após a abertura dos portos do Império português. De 1808 a 1809, houve um crescimento de um pouco mais de 28%. De 1809 para 1810, o crescimento das importações variou em pouco mais de 24%.

Considerando a variação dos produtos importados da Europa, exceto Portugal, chega-se a um valor superior a 100%. Isso traduz uma clara influência da Abertura dos Portos brasileiros, promulgada em 1808 e que promoveu um aumento substantivo dos produtos importados pelo porto da Bahia.

A variação mais significativa se verifica em relação aos produtos importados diretamente da praça portuguesa. Em 1808, época da chegada das Cortes ao Brasil, a importação totalizava 66:725\$760 (sessenta e seis contos, setecentos e vinte e cinco mil e setecentos e sessenta réis).

Em 1809, a centralização do Império na América portuguesa promoveu a consolidação de seus principais portos (Rio de Janeiro, Salvador, Recife), que ocuparam as funções de praças reexportadoras ou redistribuidoras de produtos, antes exercidas quase que exclusivamente pelas praças de Lisboa e Porto. O volume de negócios com Portugal elevou-se para 559:506\$420 (quinhentos e cinquenta e nove contos, quinhentos e seis mil e quatrocentos e vinte réis), variação de mais de 830%. Já em 1810, acredita-se que, por conta dos acordos comerciais firmados com a Inglaterra, esse número cai novamente para 87:890\$280 (oitenta e sete contos e oitocentos e noventa mil e duzentos e oitenta réis), despencando mais de 630%.

Esses movimentos bruscos de crescimento e queda dos negócios feitos pela Capitania da Bahia diretamente com as praças mercantis portuguesas não devem ser apreciados apenas pelas conjunturas econômicas. É necessário observar com cuidado o cenário político que envolvida o Reino de Portugal.

Maria Aparecida Silva de Sousa (2008, p.58), chama a atenção para o fato de que Portugal mantivera-se dominado pelo exército francês após a saída da Corte. Isso provocou um esforço em libertar seus territórios e portos, para regularizar o fluxo mercantil com o Império. Ela nos informa que

Já em 9 de dezembro de 1808, o ministro d. Fernando José de Portugal comunicou ao conde da Ponte que fora informado das duas vitórias que os ingleses e portugueses haviam infligido ao exército francês e da capitulação do general Junot e que todos os dias aguardava “navio de Lisboa para obter notícias sobre a restauração daquela capital e de todo o Reino. Pouco dias depois, um novo comunicado afirmava a completa restauração dos reinos de Portugal e Algarves salientando que o “acontecimento fosse festejado, com as demonstrações de aplauso e contentamento de costume, em semelhantes ocasiões de prazer e satisfação”. A partir de então, a capitania[da Bahia] poderia enviar seus navios para os portos de Portugal. Ocorre que Portugal ainda seria ocupado outras vezes pelo exército francês libertando-se definitivamente somente em 1812.¹⁴⁸

Apesar dos abalos e flutuações, a economia ligada aos gêneros tropicais e produtos *in natura* manteve certo nível de circulação, graças ao que Fragoso (2001, p.110) considerou como

¹⁴⁸ Souza destaca o percurso que a Capitania da Bahia passa a ocupar no corpo político do Império luso-brasileiro, com a transferência da corte. In: SOUZA, Maria Aparecida Silva de. Bahia: de capitania a província, 1808-1823. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo – USP, 2008.

mercado imperial ultramarino. Esse mercado, segundo ele, “cumpru um papel-chave – em diferentes graus e, pelo menos, durante certo tempo – para a reprodução estrutural das diferentes sociedades e economias presentes no interior do vasto império lusitano”

Ao confrontar o volume de exportação x importação realizadas pelo porto da Bahia, podemos perceber a seguinte performance:

Quadro 7-Tabela analítica do balanço comercial da Bahia para os anos de 1808, 1809 e 1810.

ANO	Importações	Exportações	Resultado
1808	2.367:457\$960	1.418:338\$095	- 949:119\$865
1809	3.198:578\$656	2.817:079\$270	- 381:499\$386
1810	3.978:955\$900	3.329:232\$410	- 649:723\$490

Fonte: Arquivo Nacional. Ofícios da Bahia, (1809).

À primeira apreciação, a leitura da tabela acima sugere uma balança de pagamentos altamente deficitária. Contudo, se nos detivermos melhor na análise dos produtos importados, percebemos que parte significativa deles seriam reexportados para outras capitanias, enquanto produtos como escravos e ferramentas, dentre outros, constituíam bens de capital, convertendo-se em riqueza imobilizada.

Talvez os números apresentados devam ser reexaminados sob uma análise alternativa, mas a princípio nos revela que a Bahia viveu retrações significativas quanto à produção aurífera, em suas principais vilas produtoras no século XVIII – Jacobina e Rio de Contas. Com as crises alternadas do seu principal produto de exportação, o açúcar, encontrava em outros tantos bens uma forma de marcar o seu papel na pauta variada de produtos oriundos do interior, incluindo o alto sertão, para os períodos que antecedem a 1810.

Ao analisar os produtos exportados, por meio de navios portugueses, para as principais praças do Império e para outros portos de acesso dos comerciantes lusos, percebemos para o ano de 1810 uma expressiva participação do algodão na pauta de exportações, quase se equiparando ao açúcar. Enquanto este gênero totalizava 354:914\$000 (trezentos e cinquenta e quatro contos, novecentos e quatorze mil réis), o algodão batia o valor de 330:350\$000 (trezentos e trinta contos e trezentos e cinquenta mil réis), em valores exportados pela Bahia.

No período de transição da economia mineradora e o advento da economia cafeeira, entre os séculos XVIII e XIX, desenvolveu-se a produção de gêneros tropicais de consumo interno, distribuídos para todo o Império Português. Nesta perspectiva, destacam-se duas categorias sociais

que ganharam relevância social e política. Primeiro, os produtores de algodão, especialmente, pois eram criadores das pequenas e médias propriedades dedicadas ao abastecimento interno e à exportação dos excedentes. Segundo, os pequenos negociantes que se dedicavam aos mercados regionais.

Ao identificar as rendas líquidas do comércio da Bahias para os anos de 1810, 1811 e 1812, que expressam a temperatura do mercado para a conjuntura, temos os seguintes registros:

Produto Líquido das Rendas Reais da Bahia os três anos de 1810 a 1812, com exclusão dos Saldos que passaram de huns a outros anos na forma dos Balanços respectivos: a saber.

No ano de 1810.....	1.025:249\$597
1811.....	1.036:868\$206
1812.....	861:839\$850
	Rs. 2.923:957\$653

Soma tudo dois mil novecentos vinte três contos, novecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três reis. Bahia 28 de Janeiro de 1813

Fran.co Gomes de Souza

Diminuiu a Renda no ano de 1812 comparativamente ao de 1810 175:028\$356¹⁴⁹

Para esse período, percebe-se uma sensível diminuição dos rendimentos em relação aos anos anteriores. A abertura dos portos, associada aos tratados de comércio e navegação e aliança e amizade, feitos com a Inglaterra, com amplas vantagens para os interesses ingleses, diminuiu a participação dos baianos nos negócios com as principais praças do Império. Houve clara influência também da nova política fiscal adotada, com diminuição da taxaço de produtos importados pelos ingleses em oposição a sobretaxação de gêneros da terra, como o algodão. Com isso, naturalmente, os rendimentos públicos da Capitania diminuiram sensivelmente.

O estabelecimento do livre comércio pelo alvará de 1808, levou a um reordenamento de arrecadação de impostos, pelos quais a Coroa buscava manter sua capacidade de conduzir as políticas do novo Império Luso-brasileiro. Com isso, a Coroa esperava atender

às indispensáveis e graves despesas que o meu paternal cuidado me induz a fazer para defesa, segurança e prosperidade de todos os meus vassallos e para sustentar a integridade e decoro de minha Coroa, não bastando as rendas ordinárias de cada uma das Capitánias, em grande parte absorvidas pela sua interna e particular administração' civil, eclesiástica e militar, para satisfazer aos grandes fins a que me proponho: tendo igualmente em vista o animar e promover os diferentes ramos de cultura e de indústria com a livre exportação.¹⁵⁰

¹⁴⁹ ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL. Ofícios da Bahia 1813. p. 271.

¹⁵⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. Coleção de Leis 1808. Carta Régia de 28 de julho de 1808 - Cria o imposto de 600 réis por arroba de algodão.

Visando fazer frente às concessões feitas “a todos os gêneros e produções dos meus Estados do Brasil e de outros notoriamente estancados e com a possível diminuição, à exceção do pau Brasil, dos direitos a que estavam sujeitos os mesmos gêneros, nas Alfandegas do meu Reino de Portugal”, a Coroa resolveu então taxar o algodão gênero com grande participação na pauta de exportações. Compreendia-se que a maior liberalidade de comércio entre as capitanias e destas para o exterior, provocaria um maior volume de receitas passíveis de taxaço. Assume-se, com isso, uma atuação fiscalista do Estado Imperial.

Em Carta Régia de 28 de julho de 1808, decidiu criar novo imposto sobre o algodão exportado.

Sou servido ordenar-vos que em lugar dos direitos que o algodão dessa Capitania e suas dependentes pagava das Alfandegas do meu Reino de Portugal, para onde era privativamente exportado, se fique unicamente pagando, logo que fizerdes publica esta minha real determinação, a quantia de 600 réis por arroba, de todo o algodão que se exportar, para quaisquer portos que não forem os do Brasil, incluindo o novo imposto que já pagava: remetendo-se impreterivelmente ao meu Real Erário, pela Junta da Fazenda dessa Capitania, a semestres, todo o excesso que vai ter este rendimento, preferindo-se para a remessa, letras sobre comerciantes de reconhecida abonação desta praça, com o menor respiro possível¹⁵¹.

Pode-se entender, com isso, que essa Carta Régia influenciou na organização da economia algodoeira no contexto do Império. Na contramão de uma expansão da demanda em razão do mercado aquecido e estímulo à expansão da área produtora, a adoção de novos impostos impactou sensivelmente os lucros dos produtores e negociantes. Além de ampliar as rendas da Coroa, o edital visava organizar o segmento com a fiscalização sobre a qualidade do produto exportado, estímulo a variedades cultivadas com maior produtividade e mecanização dos processos de beneficiamento, como se verifica a seguir:

E querendo ao mesmo tempo ocorrer aos graves inconvenientes que resultam da falsificação dos gêneros de comércio, tão contraria a boa-fé que deve haver nas transações mercantis e que lhes faz perder nos mercados em preço e em preferencia, apesar da sua essencial qualidade, e aos obstáculos que se tem posto na imprensa e enfardamento do algodão, contra a atividade que tanto concorre ao bem do comércio: sou igualmente servido determinar que sobre este objeto, dei todas as providencias que julgardes próprias, não somente para que haja suficiente número de impressas para o enfardamento do algodão, estabelecidas por pessoas particulares, a fim de que se evite o monopólio e dependência que das mesmas se possa fazer, mas para que nelas haja toda a exação e boa-fé¹⁵².

¹⁵¹ BIBLIOTECA NACIONAL, *op., cit.* p. 91.

¹⁵² *Ibidem, idem.*

Essa taxaço teria consequências, contudo, especialmente para os produtores de algodão dos sertões, considerando o aumento do custo da produção e, conseqüentemente, diminuição nos rendimentos já fortemente impactados com os custos dos fretes, influenciando as margens de lucros.

Este contexto de realinhamentos da posição mercantil do Império, em geral, e da Bahia, em particular, dinamizou o comércio sertanejo, com especial destaque para o Alto Sertão e vilas do Sul, tradicionais produtoras de alimentos e gêneros para uso na economia interna.

Ao estudar a economia baiana e os produtos a ela relacionados, busca-se revelar os condicionantes históricos de seu desenvolvimento e impactos sobre a economia e sociedade na região e nas exportações baianas para o período.

Kátia Mattoso (2004, p. 36), ao analisar as variações de preços e a participação do mercado baiano no contexto do império português, identifica as variáveis externas que interferiram no seu desempenho, a exemplo da Guerra dos Sete Anos, Guerra de Independência americana, dentre outras. Mas vai além ao asseverar que,

A esses fatores externos, que por si só explicariam essa mudança de tendência, devem-se acrescentar outros fatores internos da mesma importância: (a) queda da produção aurífera (1765), que determina uma retomada da atividade agrícola em torno do açúcar, do fumo, do algodão; (b) supressão do sistema de navegação por comboios anuais (1765); (c) criação da Câmara de Inspeção da Agricultura e do Comércio (1751), que, procedendo o exame e à qualificação dos produtos agrícolas, disciplina sua qualidade; (d) redução das taxas para exportação, que caracterizavam o regime de exclusivo do mercantilismo colonial (1808-1811); (e) introdução de novas técnicas na cultura e produção do açúcar; (f) abertura dos portos do Brasil ao comércio exterior (1808), que, eliminando os intermediários, torna possível, ao mesmo tempo, tanto um preço de venda mais alto para o vendedor nacional como um preço de compra para o importador.

Naturalmente, essas medidas tomadas dinamizar o comércio interno colonial, passa a existir uma ação concentrada da Coroa e seus agentes na perspectiva de conectar as economias regionais entre si, e destas com os mercados do Império. Por isso, à produção de gêneros tropicais destinados aos mercados globais, somam-se as produções locais/regionais, como a produção de alimentos, aguardentes, tecidos grossos, exploração de itens da economia extrativa (tinturas, madeiras, fibras, frutos, etc.), criação e comercialização de muare.

Em finais do século XVIII a política Mariana levada a cabo pelo ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho teve no pensamento fisiocrático francês uma inspiração para dinamizar a economia do império. Sob influência das ideias ilustradas, seria necessário fazer ressurgir a agricultura como potencial propulsor da produção de riqueza nas colônias americanas, especialmente, como forma

de dinamizar o comércio imperial. Para isso, todo potencial acadêmico português foi mobilizado para produzir uma nova ciência da agricultura, com bases racionais, eliminando o que havia de danoso, a exemplo do desmatamento sem critérios e o recurso das coivaras, como estratégia de trato com o solo.

Somados a isso, os estudos sobre as espécies a serem cultivadas, o melhoramento do cultivo a partir de técnicas agrícolas mais modernas, associadas à aclimação de novas espécies com boa aceitação nos mercados de maior consumo, foram experiências empreendidas. As expedições dos naturalistas, mineralogias e corógrafos pelos sertões produziram estudos sobre a flora, fauna e solos da América portuguesa.

Cláudia Beatriz Heynemann em estudo sobre o tema, afirma ainda que “A política desenvolvida sob d. Maria I e que tem em d. Rodrigo de Souza Coutinho uma personagem chave, ocupante, entre outros cargos, da pasta do Real Erário entre 1801 e 1803, não viria modificar fundamentalmente o sistema colonial” (HEYNEMANN, 2018, p. 6)¹⁵³.

A autora também vê com desconfiança as relações os fundamentos fisiocráticos e o pensamento ilustrado dos espaços acadêmicos portugueses, porque “guardava uma possível contradição inerente ao confronto entre uma dada realidade e o ideário professado pelo grupo dirigente”. A contradição residia no fato de que a defesa da agricultura e sua organização, bastião das estruturas tradicionais da sociedade, pudesse estar em diálogo com ideias que pretendiam romper com esses laços. Na verdade, o que estava em jogo era a reafirmação do Sistema Colonial americano com suas contradições inerentes, mas como instrumento de produção e apropriação das riquezas produzidas nos territórios do Império português.

Sobre o reordenamento da economia colonial, interessa aqui tratar da participação da produção algodoeira na inserção dos sertões da Bahia no mercado interno colonial. Consideramos nesta análise uma observação mais pontual acerca da dinâmica produtiva do algodão, com especial enfoque para os sertões da Bahia, entre finais do século XVIII e início do XIX.

¹⁵³ ARQUIVO NACIONAL, site Historia luso. Seção [Agricultura: riqueza do Império](#). HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. Agricultura e fisiocracia no Império luso-brasileiro. Publicado: Quarta, 30 de Mai de 2018, 15h26 | Última atualização em Terça, 19 de Junho de 2018, 12h18 in: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5212&Itemid=349, acessado em março de 2021.

Na sequência, procura-se detalhar melhor as características da região e sua economia, percebendo as nuances promovidas pela lavoura algodoeira ao adquirir a centralidade da produção de riquezas.

3.2. A DINÂMICA DA ECONOMIA SERTANEJA

No alto sertão da Bahia, a policultura foi vetor responsável pelo estabelecimento de sitiantes e fazendeiros de gado, que aproveitaram os vales entrecortados por pequenos riachos, lagoas e várzeas para garantir o estabelecimento humano no semiárido baiano. Marcado por alternância de chuvas e secas que exigiam de sua população uma rápida adaptação, floresceu uma produção de gêneros de grande demanda capaz de gerar um excedente significativo.

Nesta economia, formada a partir de trocas regionais de relevo, destacaram-se dois importantes produtos que permitiam interação com os maiores centros e com os quais geravam a riqueza dos sertões - o gado *vacum* e, mais tarde, o algodão. Aqui se aplica o conceito das fazendas mistas tratadas nos estudos de José Jobson de Arruda que buscou também nos estudos de Roberto Martins¹⁵⁴, aplicado à capitania de Minas Gerais, inspiração para pensá-lo como modelo de produção que, pode-se dizer, autônomo, isolado e, por isso, imune às influências do mercado externo, já que dele não dependia.

O primeiro, produto dos currais de gado do vale do S. Francisco, adentrou os territórios da Serra Geral da Bahia e as áreas de várzeas adjacentes a partir da dinâmica das boiadas. Em comboios, deslocavam em direção ao Recôncavo da Bahia e para as áreas mineradoras da Capitania de Minas Gerais. Com isso, a prática da criação enraizou-se e experimentou, posteriormente, uma expansão não apenas no rebanho em quantidade criada, mas no seu melhoramento genético e adaptação de novas pastagens (NEVES, 2011)¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Roberto Borges Martins ao tratar do sistema produtivo nas Minas gerais, diz que, nas fazendas de produção mistas, “seus produtos eram consumidos localmente, ou vendidos para vilas e cidades em sua vizinhança. A fazenda mineira não seria então uma empresa: apesar de produzir alguns artigos para a venda (*cash crops*), “ela nunca se especializava na produção mercantil, e suas decisões econômicas eram apenas parcialmente determinadas pelas forças do mercado (MARTINS, 2018, p. 250). Citado em José Jobson de Arruda. A essencialidade agropastoril da economia colonial: a fazenda mista paulista, op. Cit. p. 9.

¹⁵⁵ No texto *Curraleiro, crioulo e pé-duro: a pecuária como fator da ocupação econômica do semiárido* publicado na obra sob sua coordenação intitulada **Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico e Diversidade Cultural**, Erivaldo Fagundes Neves reúne vários estudos e aprofunda sobre as tipologias de gado *vacum* introduzido nos sertões da Bahia. Sinalizando para um processo adaptação de raças europeias e melhoramentos genéticos com a miscigenação com outras raças, como as indianas e holandesas, ele aponta as principais estratégias de consolidação e expansão da pecuária nesta região.

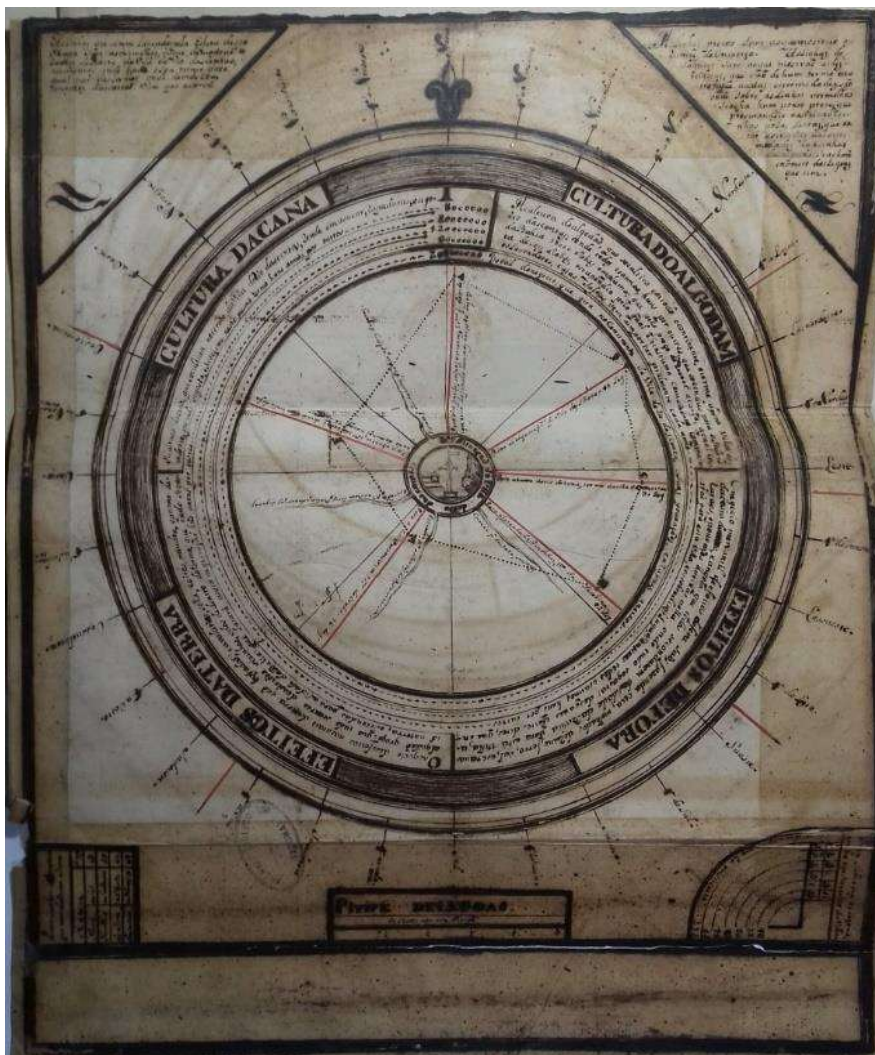
Erivaldo Fagundes Neves (2011) em seus estudos acerca da sucessão dominial e escravidão na pecuária de Rio das Rãs, região dedicada à criação bovina, às margens do curso médio do Rio São Francisco, utilizou os registros dos espólios de herdeiros do morgado dos Guedes de Brito para apresentar seu perfil. Relacionou a Fazenda Batalha, com 1.611 cabeças de gado vacum e cerca de 37 escravos, dentre outros bens arrolados. A fazenda Boa Vista, com 2084 bovinos, 81 equinos e 30 escravos; a Fazenda Volta com 880 bovinos, 343 equinos e 31 escravos; a fazenda Campos de S. João, com 1494 bovinos, 45 equinos e 32 escravos; a fazenda Itaberaba com 1454 bovinos, 45 equinos e 35 escravos; fazenda Campo Grande, 1564 bovinos, 41 equinos e 57 escravos; Fazenda Curralinho, 2105 bovinos, 44 equinos e 63 escravos; Fazenda Santo Antônio, 2129 bovinos, 54 equinos e 36 escravos, totalizando 13.321 cabeças de gado bovino, 780 equinos e 311 escravos. (NEVES, 1999, p. 124).

Os números apresentados são representativos das unidades pecuaristas nos sertões do S. Francisco, apresentando um perfil equivalente entre si do número de escravos e equinos necessários à sua administração. Esses números também expressam certa pujança da pecuária extensiva em inícios do século XIX e sinaliza para a sua forte presença na organização social e econômica dos sertões da Bahia.

Foi nesse cenário constituído de pecuaristas para os quais a extensão de suas terras não demandava uma precisa demarcação pois obedeciam a uma dinâmica fundada na ampla circulação do gado em busca de pastagens naturais, salinas e água, que surgiu a lavoura do algodão. Sua cultura permitiu diversificar as estruturas produtivas agrárias, alterar e intensificar a circulação de produtos em escalas locais/regionais que permitiram a conexão dessa economia com o mercado interno brasileiro.

A seguir, temos uma representação das principais atividades econômicas baianas (fig. 1) que, no início do século XIX, garantiam uma importante participação na pauta de produtos americanos. A fig. 1 representa o modelo de administração da época, fundado no planejamento racional, a partir de dados que subsidiavam as principais decisões do governante. Trata-se de um de seus territórios interiores – A Vila de Rio de Contas. A imagem, em forma de dístico, traz quatro quadrantes com os produtos estratégicos para a economia desta região baiana no início do século XIX. Em destaque, observa-se a cultura da cana e a cultura do algodão, seguidos das categorias de (produtos) eleitos da terra e produtos eleitos de fora.

Figura 14. - Representação esquemática da economia colonial baiana/ Vila do Rio de Contas - início do séc. XIX



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Governo da Bahia*, (1809)¹⁵⁶.

A representação em formato de rosa dos ventos apresenta também uma representação cartográfica das principais vias por onde circulavam o comércio interno baiano e suas interconexões. Dentre essas vias, vê-se o Caminho dos Sertões com destino a Minas pela Vila de Caetité.

Além de detalhamento das características particulares dos produtos representados na gravura, vê-se o registro de valores que cada produto proporcionava na pauta de comércio baiano

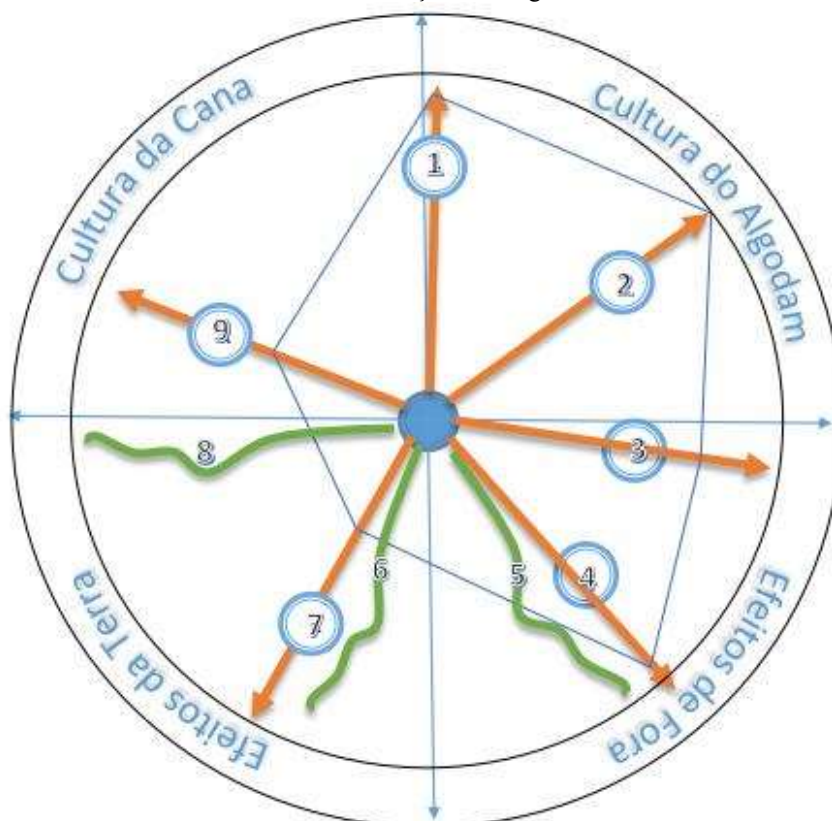
¹⁵⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Negócios de Províncias e Estados*. 6. ed. Série Interior, Notação: ijj9 *Ofícios do Governo da Bahia*, 1809.

à época. Percebe-se com isso, que essa representação servia também como uma espécie de plano estratégico de gerenciamento dos negócios que operavam por estas vias.

Essa imagem sinaliza para caráter do Estado Imperial como agente planejador das estruturas econômicas, que passaram a ser pensadas como ação estratégica para revigoração das finanças públicas, mas revela também o papel regulamentador e fiscalista dessas ações. Esse perfil está associado a dinâmica mercantil promovida com a transferência da Corte e consequente re centralização do Império.

Tendo um dístico no centro da representação, nele são identificadas as principais atividades econômicas da época, compondo um quadrante onde essas atividades estavam submetidas às análises dos “efeitos da terra” e dos “efeitos de fora”, tratando claramente das influências internas e externas sobre cada uma delas, como se observa na transcrição a seguir:

Figura 15 - Representação esquemática da economia colonial baiana/ Vila do Rio de Contas
Transcrição da imagem anterior



Fonte: Adaptação da representação apresentada na Figura 1, in: ARQUIVO NACIONAL. Ofícios do Governo da Bahia, (1809).

A seguir, transcreve-se os registros da figura 1, buscando desvelar os seus objetivos e as informações aí apresentadas. A descrição abaixo está listada na ordem numérica, conforme está sinalizada na figura anterior.

1. Para o Rio Pardo e suas veienreis, termo. que deuide com a vila do Fanado de Minas novas 10 légoas.
2. Para a Conquista, trm° da Vila dos Ilheos 48 légoas.
3. Para a Barra do Rio de, termo da vila da Caxoeira, 30 légoas.
4. Para a fazenda das Piranhas, Trm° da Jacobina, 42 légoas.
5. Estrada p.^a o Norte do Paramirim
6. Para o Rio Paramirim T.m° do Urubú, 16 légoas.
7. Para o Gentio, e tão bem é devido a Vila de Fanado de Minas Novas, 26 légoas.
8. Estrada para o thom sahy, Bahia e deverços logares
9. Estrada p.^a Caetate, e Minas.

LEGENDA DA FIGURA 1:

Esquerda: Rodinhas (?) que foram Lançadas esta Esfera desse Mapa sejam as remetidas à (...) da Vila do Rio das Contas, (...) do seu termo para qual mais consta-nos onde devida com descontos das ditas vilas que a (...).

Direita: As linhas prezas sem os que mostram rumos do univerço. As linhas de salpicos são as que mostraõ as distancias, que vae de hum termo a outro, que as suas extremidades são onde sobre as linhas vermelhas se acha hum ponto preto que procurandoce nas vilas vizinhas pelos lugares que estão assinados nas extremidades das linhas (...) seachará os números das legoas que tem.

EFFEITOS DA TERRA – O negocio dos efeitos naturaes da terra são, cavalarias, solla, coiros, mudes, epannos de algodão groço: que tudo maras deserções vizinhas, e da dentro do termo, que tudo se gasta na terra, e se venda para a sidade da Baia: que lutará nessa negociação há annos por outras..... 20:000\$000

EFFEITOS DE FORA – O negócio mercantil de efeitos defora são: fazenda ceca, molhados do reino, sal, escravos dacosta (...), e angola: que todas se conduzem da sidade da Bahia para esta villa, arayaes, epovoações aneixas aella; onde tudo segasta dos quaes efeitos ditos, que envião para essa villa, eos sobreditos lugares aneixos todos os annos huns por outros. 120:000\$000

CULTURA DO ALGODAM – A cultura do algodão, que se cultiva em todo o continente, etermo dessa Villa de Rio das Contas; rende todos os annos, huns por outros, que se conduz para a estas (?) da Bahia 1800 arrobas emplumas; que pelo preço de 20\$000 r a carga, a qual carga de seis arrobas, estipendio pelo qual secostuma comumente camprete os lavradores, cujas safras vem aimportar geralmente cada anno..... 60:000\$000

CULTURA DA CANA – A cultura da cana, que secultiva no termo da Villa do Rio das Contas, renda em assucar, rapaduras, e aguardente que não se gasta, e ... neste mesmo termo hum anno, por outra..... 8:000\$000

CICLO INTERNO: A situação de Rio das Contas.

Foral de negócio, que gira no continente da Vila do Rio das Contas, suas povoações e arraiais anexos.....200:000\$000¹⁵⁷

¹⁵⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Série Interior Negócios de Províncias e Estados*. Notação: ijj9 318. 2. ed. Offícios do Governo da Bahia, 1809 (Coleção Boulier), consultado em maio de 2017, p.58.

Como estava inserido em Livro de Ofícios da Bahia em 1813, acredita-se fazer parte dos instrumentos de gestão que balizavam a gestão da Capitania, orientando a política de criação de novas rotas de acesso às áreas de maior dinamismo econômico.

Em meio à diversificação da economia agrícola de exportação, negociantes e tropeiros ampliaram suas atividades nos sertões da Bahia. Na segunda metade do século XIX, quando o engenheiro Theodoro Sampaio¹⁵⁸ viajou em missão oficial pelos sertões baianos, registrou condição idêntica àquela descrita em décadas anteriores pelos exploradores bávaros *Spix* e *Martius*, quando adentraram o território do Alto Sertão baiano em 1819.

Chamou-lhe a atenção a variedade de produtos disponíveis na feira da Vila de Caetité, originário da produção local dos sitiantes localizados nos vales ao longo da Serra Geral da Bahia, o que fazia do lugar um verdadeiro celeiro dos sertões. Dizia ele:

Visitando pela manhã o mercado da cidade, que parecia uma feira bastante frequentada, notei, além dos requeijões, couros e outros produtos da indústria pecuária, abundancia de legumes, batatas inglesas, batatas doces, inhames, hortaliças, abobaras, melões excelentes, grandes e boas melancias, mendubis [amendoim], muito milho, arroz, feijão, rapadura, açúcar, excelente farinha de mandioca que, segundo me informaram, é aqui a produção mais avultado, principalmente na freguesia de Umburanas, nos distritos dos Furados e de Caculé, no rio do Antônio, exportando-se dela em tão larga escala para outros municípios que com razão se considera Caetité o celeiro pródigo destes sertões. (SAMPAIO: 2002, p. 213-214).

Assim, nos arranjos de economia local, na qual os produtos para a subsistência eram cultivados para o abastecimento dos mercados locais, desenvolviam-se outros produtos como algodão, açúcar, couros, fumo, farinha, etc. em escala suficiente para a exportação para outros centros. Com eles, desenvolveu-se uma dinâmica de trocas e foi se constituindo, aos poucos, uma autonomia da economia sertaneja, ou seja, da sua capacidade de produzir, fazer circular e promover o acúmulo endógeno da riqueza.

Destaca-se não apenas o caráter excedente dessa produção. Mesmo superadas as demandas dos mercados regionais pautavam também a organização sistemática para suprir os mercados carentes de abastecimento de alimentos e outros gêneros de consumo interno em outros centros.

Em relevante estudo sobre o Alto Sertão da Bahia, Paulo Henrique Duque Santos apresenta, em conclusão, um perfil socioeconômico destes sertões da Bahia. Segundo ele,

¹⁵⁸ O engenheiro hidráulico baiano Theodoro Sampaio integrou uma expedição que subiu o Rio São Francisco entre agosto de 1879 a janeiro de 1880 até a Província de Minas Gerais. Depois retornou pela antiga estrada do salitre até a chapada diamantina, registrando em seu diário toda a experiência de contato com os sertanejos em obra publicada no início do século XX.

Os relatos de viajantes e inventários evidenciam a existência de uma economia diversificada no alto sertão e caracterizada por uma pecuária e lavoura que produziam para o abastecimento interno e para exportação; uma agricultura que alimentou a população pobre do sertão e cujos excedentes transportados em carros de boi e em bestas embrucadas, eram vendidos nas pequenas e nas mais ativas feiras locais; um comércio de produtos para exportação e de importados que intensificava o contato com o litoral. Atividades como a criação de gado e a lavoura, os pequenos engenhos, alambiques e casas de farinha, a “indústria” extrativa de sal, ametista e demais minérios, os empréstimos a juros e o tropeirismo dinamizaram a economia do alto sertão e mantiveram padrões de enriquecimento para parcela reduzida da sua população no final do século XIX e início do XX (SANTOS, 2013, p.204)¹⁵⁹.

A compreensão dessa dinâmica econômica pressupõe identificar não apenas os centros produtivos mais importantes da região e seus respectivos produtos, mas a logística da circulação desses. Os caminhos, os transportes, o volume e a natureza do que circulava pelos sertões da Bahia foram resultados da produção regional ou de sua interligação com outras regiões.

Cláudia Graça Chaves (2002), ao estudar os mapas estatísticos da Capitania de Minas Gerais, se debruçou sobre os registros de importações, exportações, consumo, produção e reformas econômicas do início do século XIX. A partir desses dados, identificou os caminhos de intercâmbio dessa capitania com as suas vizinhas.

No comércio estabelecido com a Bahia para os períodos compreendidos entre 1805 e 1832, essa autora mapeou dois importantes caminhos de circulação dos produtos entre essas capitanias vizinhas: o caminho do Rio Pardo, ligação com Minas Novas e Nordeste de Minas, ao qual nos referimos aqui como caminhos dos sertões da Bahia. O outro caminho, via Rio São Francisco, visava o contato com Bahia e Pernambuco. Nele, o controle dessas mercadorias dava-se no Porto de Malhada, povoado ribeirinho que demarcava os limites entre a Bahia e Minas, no curso daquele rio (CHAVES, 2002, p.2)

A seguir, o mapa com a representação dos caminhos da Bahia relatado por Cláudia Chaves, com evidência para os principais pontos de conexão com a Capitania da Bahia que, desde o século XVIII, servia ao abastecimento das minas de ouro. Inicialmente escravos e víveres para o consumo no contexto da mineração. Com o tempo, vê-se a ampliação dos gêneros comercializados, conforme tratado pela autora.

Figura 16 - Mapa: Caminhos das Minas à Bahia – SÉCULO XVIII

¹⁵⁹ SANTOS, Paulo Henrique Duque. Veredas dos sertões da Bahia: economia e sociedade nos relatos de viajantes. Revista Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 21, n. 1, 2013: 180-208



Fonte: Rafael Straforini, 2007¹⁶⁰

Em suas pesquisas, a historiadora igualmente concluiu que, no período estudado, pelos caminhos do Rio Pardo ou caminhos do sertão da Bahia, representado pelo traçado pontilhado no mapa eram importados os gêneros, como o aço, bacalhau, bolacha, cera, chapéus finos e grossos, chumbo, cobre, drogas e remédios, escravos, fazenda seca, ferro, frisqueiras, fumo, louça, pano de linho, sal, vinho pela Capitania de Minas Gerais. Por essa mesma via, que ligava Minas à Bahia, eram exportados: algodão em rama, bestas, café, cavalo, couro, fumo, gado, mantas de algodão, panos de algodão, rede, toucinho.

Pelo Rio São Francisco, registrado no porto da Malhada, foram importados: balaio, escravo, fazenda seca, ferragem, ferro, fumo, molhados, sal, tabaco, vinho. No mesmo período, foram registrados os produtos exportados pela capitania de Minas Gerais: açúcar, aguardente da terra, algodão em caroço, algodão em rama, arroz, azeite de mamona, café cavalo, colcha couro, farinha de milho, feijão, fumo, gado, marmelada, milho em grão, pano de algodão, rapadura, sola, tábua,

¹⁶⁰ Mapa de autoria de Rafael Straforini, produzido por Fernando Bezerra, a partir de base cartográfica do IBGE (2005), tendo como referências Antonil (2001); Erivaldo Neves e Antonieta Miguel (2007) e Márcio Santos (2001), constante da tese *Tramas que brilham: Sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII (Doutorado)*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia / Instituto de Geociências – UFRJ, 2007.

toucinho. Estes, direcionados ao abastecimento das capitâneas da Bahia e de Pernambuco, cuja fronteira tríplice com Minas Gerais era determinada pelo próprio Rio São Francisco.

Parte significativa desses gêneros eram reexportados pelos portos de Cachoeira e de Salvador para outras praças do Império, ou para fora dele, a exemplo do algodão que seguia para a Inglaterra. Diante dessa dinâmica de circulação de produtos, outro ponto a destacar seriam os principais agentes responsáveis por tais trânsitos. Tanto negociantes mineiros quanto baianos participavam desse ciclo mercantil, considerando que ele era formado por cadeia de agentes situados nos dois lados das fronteiras e que atuavam em integração, constituindo imensas redes mercantis que uniam produtores a consumidores finais.

Do lado baiano, além de negociantes situados nas praças de Salvador, de Cachoeira e de outras vilas do Recôncavo, destacavam-se também agentes situados no Alto Sertão da Bahia. Esses homens ocupavam diversas posições na dinâmica comercial que unia sertões em conexão com outros centros mercantis da Colônia. Dentre eles, destacavam-se viandantes, condutores, comboieiros e tratantes. Segundo Furtado (2003, p.157), “Os viandantes levavam mercadorias variadas a longas distâncias, os condutores comerciavam gado e cavalos, os comboieiros vendiam escravos e os tratantes cobravam as dívidas ou comerciavam em nome de outrem”.

Para Chaves, considerando os produtos exportados pelo caminho do Rio Pardo, “as rendas das exportações superam as importações, as quais representam apenas 31% do valor daquelas”. Ao contrário do comércio feito pelo Rio São Francisco, “em Malhada, as exportações representam 32% dos valores das importações, sendo, portanto, bem inferiores às rendas das importações”.

Isso indica que boa parte de tudo que era exportado para Minas via sertões da Bahia, seguia pelo Rio São Francisco. Um volume maior do que era exportado pela capitania de Minas Gerais, seguia pelos caminhos do sertão da Bahia, ou via Rio Pardo, com destino ao porto de Salvador destinado a outras praças ou para o consumo regional.

Conclui-se, com isso, que a presença secular do comércio relativamente intenso nos caminhos dos sertões - como via estratégica que unia os sertões da Bahia, das Minas Gerais, de Goiás, de Pernambuco, especialmente da comarca do São Francisco, que no início do século XIX transfere-se para a Bahia e de Piauí, destinava-se aos portos de Cachoeira e de Salvador. Essa dinâmica incentivou o desenvolvimento de dois tipos de agentes econômicos os sertões: os produtores (plantadores e criadores) e os negociantes.

Os primeiros, em pequenas e médias propriedades, dedicados à criação de gado *vacum*, cavalos e muas para a revenda nas vilas do litoral de carne e couros, pequenos plantéis de bestas para as tropas, o plantio de algodão e cana para fabricar açúcar e aguardente, alguns quintais de fumo, e alimentos para o consumo regional, como milho, feijão, mandioca, hortaliças e frutas. Os segundos, negociantes das mercadorias produzidas pelo primeiro grupo, eram responsáveis também pela importação de manufaturados de outras praças do Império português, como tecidos, ferramentas, pólvora, vinhos, artigos de luxo, metais preciosos, além de escravos.

Os negociantes ocupavam ainda o papel de financistas e rentistas, concentravam parte significativa da moeda circulante, guardavam e financiavam os produtores/criadores e a eles abasteciam, viabilizando uma circulação de riqueza cujo destino seria, em grande parte, a imobilização. Entre os negociantes prevalecia também um espectro de outras atividades relacionadas àquelas já citadas anteriormente.

As atividades verificadas nos sertões atestam o caráter consolidado do mercado interno e a sua relevância e integração com a economia colonial brasileira. Segundo Chaves (2003, p 93), “A noção de mercado interno está associada à ideia de mercados minimamente integrados num plano regional ou até nacional”.

A superação da condição de mero mercado local necessitava que os fluxos que, pelos sertões, uniam grandes regiões produtoras, constituíssem novos caminhos para a circulação, ampliando potencialmente as conexões mercantis existentes. Ainda para a autora, deve-se pensar na perspectiva de mercado que emergia da superação das regiões sertanejas.

Pela definição de mercado, e ao entendê-lo como trocas contínuas ou mesmo eventuais, deixa de ser problemático utilizarmos a palavra mercado para as trocas comerciais realizadas desde o início do processo de colonização no Brasil, entre pequenos agricultores e donos de engenhos. A produção de alimentos para mercados locais era um desdobramento da produção destinada ao consumo da unidade produtiva. Esses mercados locais eram isolados e não regulamentados, exceto para a comercialização em Vilas e arraiais próximos, para a qual havia posturas estabelecidas pelas Câmaras. Nesses mercados, havia um pequeno número de fornecedores para um pequeno número de compradores. A acumulação mercantil só se tornava viável através do mercado externo, com a produção e a comercialização - inclusive com a fixação de pontos comerciais — voltadas para o mercado local sendo pouco atrativas para incentivar uma especialização¹⁶¹.

Traçado esse perfil da economia colonial do Alto Sertão da Bahia, pode-se aprofundar de que maneira ele se organizava em finais do século XVIII e início do século XIX, período

¹⁶¹CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Op. Cit.*, p. 80.

demarcado nesta tese. Distanciando dos pequenos ciclos de trocas locais, a economia dos sertões integrada ao mercado interno colonial teve no algodão sua principal base de riqueza que fez desenvolver outros arranjos produtivos.

O comércio de muares e o serviço de tropas em regime de aluguéis ou fretes, o comércio de manufaturados, tecidos grosseiros para enfardamento de algodão, aguardentes, carnes, farinha, sal, e outros gêneros de consumo promoviam uma intensa dinâmica de trocas pelos caminhos do sertão.

Passa-se a analisar essa dinâmica a partir de alguns de seus mais importantes produtos. Inicia-se por levantar de que maneira a economia era organizada na transição do século XVIII para o século XIX na Capitania da Bahia. Na sequência, passa-se a refletir sobre a economia algodoeira no Alto Sertão da Bahia.

3.2.1. A economia algodoeira e a reorganização produtiva dos sertões da Bahia

O advento da Revolução Industrial na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, teve como centro a economia têxtil. A alta demanda pelo algodão como matéria prima essencial para a produção de tecidos e o coincidente processo de independência das colônias americanas, principal área cotonicultora e fornecedora dessa matéria-prima para os ingleses, provocou a necessidade de substituição dessa área por outras áreas tropicais. Assim, Índia, Egito, Turquia e Brasil passaram a compor os principais centros produtivos que substituíram as o cinturão cotonicultor americano.

O aquecimento da economia têxtil fez com que, no Brasil, se buscassem as principais áreas com potencial produtivo. As terras que vão das regiões de agreste de Pernambuco até o Maranhão, além de regiões da Bahia, constituíram as principais áreas cotonicultoras. Na Bahia, áreas do litoral, especialmente da Vila de Camamu que receberam as primeiras lavouras de algodão, foram substituídas pelas terras do Alto Sertão da Bahia, conhecidas como “Catingas altas”, onde encontrou as condições ideais para o seu desenvolvimento.

A demanda crescente pelo produto e consequentes preços atrativos do mercado britânico provocou verdadeira corrida pela produção do chamado “ouro branco”. Segundo recentes estudos de Alexey Krichtal (2013), as importações britânicas de algodão cresceram de 1,6 milhão de libras em 1741 para uma média anual de 4,7 milhões de libras em 1771-1775 e 56 milhões de libras em

1800¹⁶². Isso significa um crescimento de 293,7%, o que representa uma consolidação do mercado britânico, com demanda crescente e, portanto, incentivo aos produtores.

Parte significativa desse mercado era abastecido por algodão produzido em terras brasileiras, conforme atesta a pesquisa de Harley, (2010). Com a demanda de novos fornecedores, o Brasil aumentou sua relevância nos pontos britânicos. Entre 1791 e 1801, o Brasil representou 40% das importações de Liverpool, rivalizando com as Índias Ocidentais.

Até 1800, o algodão era responsável por 28% do valor total das exportações portuguesas do Brasil, seguido do açúcar, destinados aos grandes mercados britânicos. Isso resultou no deslocamento do aparato produtivo disponível, como terras, escravos e recursos materiais, para a consolidação de uma estrutura produtiva que mobilizava a sociedade sertaneja local e promovia uma importante conexão com a economia do mercado interno que prevalecia na conjuntura.

Para o ano de 1803, o volume de algodão exportado pela América portuguesa colocava a Bahia na terceira posição entre as capitanias produtoras, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 8 - Conta do Algodão que se tem despachado na Casa da Índia desde o mês de janeiro até o de junho do corrente ano de 1803.

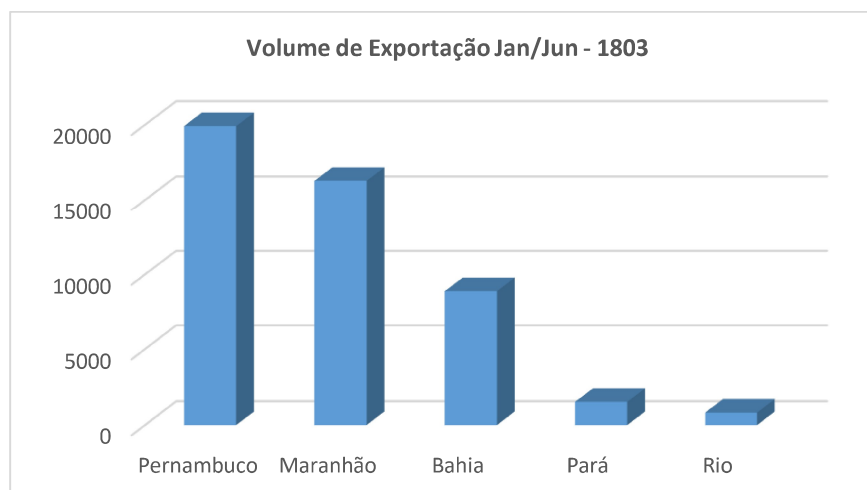
	Pernambuco	Maranhão	Bahia	Pará	Rio	
Janeiro	3818	3118	1747	151	324	9:158
Fevereiro	6151	2370	2365	626	328	11:840
Março	1521	1968	1254	251	101	5:095
Abril	1537	2516	802	170	-	5:025
Mai	4744	3389	1796	305	22	10:256
Junho	2151	2917	926	26	47	6:067
Total	19922	16278	8890	1529	822	47:441

Fonte: Arquivo Nacional / Série: Negócios de Portugal (BR RJANRIO 59.CAI.0.0622016)

A representação gráfica a seguir ilustra e ajuda na compreensão desse volume exportado, considerando um breve retrato de apenas um semestre do ano de 1803. Pelo gráfico percebe-se, para o momento, que a Bahia, apesar de figurar entre as três capitanias de maior capacidade produtiva do algodão, representava apenas a metade do total exportado pela Capitania de Pernambuco, então maior exportadora.

¹⁶² Na tese intitulada *Liverpool and the Raw Cotton Trade: A Study of the Port and its Merchant Community, 1770-1815* Alexey Krichtal estuda a importação de algodão cru feita pelo Porto de Liverpool. Ele monta um banco de dados a partir das listas de importação publicadas nos jornais de Lancashire, cruzando-as com fontes dos plantadores, comerciantes e fabricantes de algodão. Ao constatar a ascensão do Porto de Liverpool como principal entrada do algodão na Inglaterra no período estudado, verifica a influência desse fato sobre as alterações geográficas sofridas pelas principais regiões fornecedoras dessa matéria prima para a indústria têxtil, particularmente o deslocamento das Índias Ocidentais para o Brasil, Guiana e Estados Unidos.

Gráfico 1 – Volume de exportação de algodão para o período de janeiro a junho de 1803



Fonte: Adaptação de Arquivo Nacional / Série: Negócios de Portugal (BR RJANRIO 59.CAI.0.0622016)

O volume exportado pela Bahia estava em franca expansão, devido ao aquecimento do mercado e o avanço da lavoura em seus sertões. Desde que foi implementada a cultura do algodão no Alto Sertão da Bahia, em finais do século XVIII, houve significativo incremento da economia sertaneja, com o aumento da produção, circulação de riqueza e o surgimento da cadeia de produtos econômicos a ela associada.

O deslocamento da área produtiva, antes localizada nas terras litorâneas da Bahia - a exemplo das terras do recôncavo da Vila de Camamu – encontrou nos sertões as condições adequadas devido aos regimes de chuva, aos solos e as condições agrárias para produção. Isso fez com que o algodão passasse a figurar entre segunda e terceira posição na pauta de exportações da Bahia.

Segundo Barickman (2003, p. 58);

Embora a lavoura algodoeira nunca tenha alcançado na Bahia a importância que assumiu em outras partes do Nordeste, as exportações de algodão a partir de Salvador tiveram de fato um aumento extraordinário no final do século XVIII e início do século XIX. Passaram de menos de cem arrobas por ano na década de 1770 para uma média anual de quase quarenta mil arrobas na segunda metade da década de 1790. As exportações continuaram a crescer durante as três décadas seguintes; dali em diante, porém, caíram bruscamente, passando de um total de quase trezentas mil arrobas em 1829 para uma média anual inferior a 45 mil arrobas na década de 1850

No quadro a seguir o autor apresenta os principais produtos de exportação da Bahia, para os períodos de 1796 a 1807. O algodão está relacionado na terceira posição na pauta de exportações, com as seguintes variações:

Quadro 9 – Participação do algodão na pauta da exportação baiana 1796 - 1807

Ano	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	Média
% exp.	8,7	8,0	7,4	9,3	15,7	15,1	22,4	22,1	15,0	13,3	12,2	20,2	14,1

Fonte: Adaptado de BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano... Tabela 1 – valor dos principais produtos de exportação... p. 56.

Observa-se um, por esses dados, um incremento significativo das exportações no início do século XIX. Na mesma perspectiva do que esse quadro revela, João Fragoso afirma que “Entre 1797 e 1805, por exemplo, o têxtil de algodão era um dos produtos mais valiosos nas exportações lusas para as diferentes partes do império” (FRAGOSO, 2001, p. 104).

Apesar das expressivas taxas de rendimento, considerando os custos de produção do algodão, um dos grandes limitadores para uma maior lucratividade, sem dúvida, eram os custos com os transportes, associados às taxas de exportação. Além dos inconvenientes da longa distância a ser vencida, despesas com as tropas, outras perdas a exemplo de assaltos e acidentes, os custos com os fretes levavam boa parte do resultado líquido do negócio. Os preços flutuavam de acordo com o contexto dos mercados europeus, especialmente o britânico que consumia a quase totalidade da produção.

A concorrência gerada pelos principais produtores mundiais, a exemplo dos Estados Unidos, Índia, Egito contribuíram para essa flutuação de preços. Em ciclos de preços altos, a economia era viável para os produtores e negociantes sertanejos, mas em situações de queda de preços, os custos dos fretes ressaíam diminuindo os lucros, tornando essa atividade quase inviável (BARICKMAN, 2003, p. 60).

Em 12 de agosto de 1809, a casa comercial importadora de gêneros tropicais brasileiros Martins, Barrozo, Dourados & Carv.º., localizada em Londres, escreveu ao negociante baiano José Bruno Antunes Guimarães. Informava sobre o cenário dos negócios com algodão na Europa e fazia alguns prognósticos. Apesar do cenário econômico de baixa de preços para o produto, essa casa comercial dizia que,

[...] O algodão depois de ter ficado totalmente sem preço por causa do Armistício dos Austríacos com os Franceses tornou a melhorar e tem subido a 345 r.s o arrátel e dessa por ter chegado uma noticia da América do Norte de que aquele Governo mostrava não estar de bom acordo com este: Se se confirmarem tais suposições e aconteça que haja outro Embargo este gênero subirá a maior preço, e todo o nosso Comercio tornará um esplendor em diferentes efeitos. Com a decisão da Alemanha é opinião geral que os Franceses em pouco tempo estarão de posse de Espanha e Portugal passando para estas uma parte de seus grandes Exércitos. Estes portos são os únicos que prosperam vantagens e atenção a segurança das propriedades. [...]¹⁶³

Apesar dos abalos e flutuações, como demonstrado acima, a economia ligada aos gêneros tropicais e produtos *in natura* manteve certo nível de circulação, graças ao que Fragoso considerou como mercado imperial ultramarino. Esse mercado, segundo ele, “cumpriu um papel-chave – em diferentes graus e, pelo menos, durante certo tempo – para a reprodução estrutural das diferentes sociedades e economias presentes no interior do vasto império lusitano” (FRAGOSO, 2001, p. 110).

Os naturalistas *Spix* e *Martius* em seus registros, nos dão uma imagem do cenário da cotonicultura baiana dos sertões, apontando a dinâmica do comércio, o seu volume, preços praticados, rotas de escoamento. Diziam:

Cayteté (Caeteté ou Villa Nova do Principe), semelhante a Minas Novas, pelo clima e vegetação, vem, ha vinte anos, explorando, em grande escala, a cultura do algodão e se tornou, por isso, um dos mais ricos lugares do sertão baiano. Existem, aí, atravessadores que, anualmente, remetem para a Bahia mais de mil animais com cargas. No próprio lugar, o preço da carga de 6 a 7 arrobas mantem-se entre 22\$000 e 25\$000 (66 até 69 1/3 florins), enquanto que na Bahia, durante a nossa estada, se oferecia 5\$200 e até 5\$800, por arroba. O algodão daí despachado, não é só produto dos arredores, também vem do distrito de Minas Gerais, situado mais para oeste. A parte norte e leste dessa província manda o algodão do lugar de origem, arraial do Rio Pardo, para a Bahia, por duas estradas recentemente abertas, que atravessam Conquista e Gavião (VON MARTIUS¹⁹³⁸, p. 78).

Pode-se observar alguns elementos estratégicos para a compreensão do universo da exportação de algodões do Alto Sertão da Bahia no início do século XIX em fase de aquecimento do mercado. O envio anual de mais de mil animais com carga, considerando que cada animal carregava entre 6 e 7 arrobas, cada carga com preço que variava entre 22 e 25 mil réis, temos então a quantia significativa estimada em 25 contos de réis anuais por exportador, aproximadamente. Esses valores, certamente, foram capazes de produzir fortunas nos sertões da Bahia, conforme veremos adiante em estudo de caso específico.

¹⁶³ BIBLIOTECA NACIONAL. Carta de Martins, Barroso, Dourados, Cia. Carvalho ao negociante da Bahia José bruno Antunes Guimarães, sobre o comércio de Algodão e a baixa do preço deste produto pelo armistício da Áustria com a França. Liverpool, 12 de agosto de 1809. (2 documentos. Original e cópia). 2 f. inum. II – 33, 32, 54 N. ° 2. fl.1.

Nos registros dos viajantes bávaros, figuram tabelas com os números que expressavam as exportações baianas para o período de 1817 e 1818. A tabela desenvolvida na obra *Através da Bahia de Spix e Martius*, o registro sinóptico das exportações baianas para no ano de 1817, sinaliza a ainda pujante e significativa exportação de produtos agrícolas. Açúcar, algodão e tabaco ocupam as primeiras posições, seguidos pela exportação de peles, arroz e café. O açúcar, produto imbatível com ampla penetração no mercado europeu, segue com o melhor desempenho, seguido do algodão que, devido ao aquecimento do mercado britânico, apresenta também grande volume de exportação para o período apresentado.

O quadro a seguir apresenta um retrato sinóptico registrado pelos naturalistas bávaros na perspectiva de oferecer um panorama da economia baiana par ao início do século XIX. Os valores de venda dos principais gêneros tropicais, traz registros em réis e florins, moeda muito utilizada em transações internacionais.

Quadro 10- Sinopse dos mais importantes artigos de exportação, da Bahia, em 1817

ARTIGO	QUANTIDADE	PREÇO CORRENTE	VALOR TOTAL	DIREITO DE EXPORTAÇÃO POR UNIDADE	TOTAL DO DIREITO DE EXPORTAÇÃO PAGO
Açúcar	1.200.000 arrobas ou 27.300 caixas	a 2\$000 =	2.400.000.000 R = 6.679.000 fl.	45 réis por arroba e 520 por caixa soma.....	15.600.000 R. <u>54.000.000 R.</u> 69.600.000 R.
Algodão	28.928 sacos A 177 ½ kb = 160.460 arrobas	a 8\$000 =	283.680.000 R = 3.567.560 2/3 fl.	Por arr. 600 reis e por sacco 100 rs soma.....	96.276.000 R. <u>2.892. 800 R.</u> 99.168.800 R.
Tabaco	APPROVADO 240.000 arr. Refugio 340.000 arr. Folhas 80.000	A 1\$500 = \$700 = A 1\$400 =	360.000.000 R. = 1.000.500 fl. 238.000.000 R. = 664.441 2/3 fl. 112.000.000 R. = 311.266 2/3 fl.	Por arr. 40 rs. Idem Idem	9.600.000 R. 13.600.000 R. 3.200.000 R.
Peles	30.000 peças	A 2\$200 =	66.000.000 R. = 183.425 fl.	2% do valor	1.320.000 R.
Arroz	80.000 arr.	A \$400 =	32.000.000 1/3 R.	2% do valor	64.000 R.
Café	10.000 arr.	A 5\$500 =	55.000.000 R. = 152.854. fl. 10 k.	2% do valor	1.100.000 R.

Fonte: Von Martius e Von Spix. *Através da Bahia*. (1938, p. p.163).

Ao apreciar a tabela acima, chama a atenção o valor pago por arroba e aquele praticado no comércio sertanejo. Os valores exportados do algodão giravam em torno de 8\$000 por arroba, sendo que o mesmo já fora comprado no interior com preços variando de 2\$500 a pouco mais de 5\$000. Se considerarmos as despesas de transporte e os impostos pagos desde que o produto saía da lavoura, as margens de lucro eram estreitas, mas eram compensadas pelo alto volume de algodão produzido.

Percebe-se também que, para o ano de 1817, os valores totais pagos pelo algodão como direito de exportação ultrapassam os valores pagos pelo açúcar. Isso é muito significativo ao considerar as diferenças de amplitude de mercados para esses produtos. Enquanto o algodão era destinado, na sua maioria, às indústrias têxteis inglesas, o açúcar possuía muito maior penetração nos mercados europeus.

Na tabela a seguir, *Spix e Martius* apresenta um os números da exportação para o ano de 1818. Percebe-se um significativo aumento no volume da exportação do algodão, passando das anteriores 28.928 sacas exportados em 1817 para as atuais 42.277 sacas em 1818.

As 250.000 arrobas de algodão exportados tiveram taxaço de 5% referente à dízima obrigatória mais o valor de 600 réis por arroba individual somando-se mais 100 reis adicionais por cada fardo de algodão, referente ao direito de exportação do expedidor, proporcionando mais de 250 contos de réis de receita para o Estado.

Segundo Thales Pereira (2017, p.8)

Para os plantadores de algodão, o maior fardo econômico foi a política fiscal implementada pelo governo central após 1808. A necessidade de aumentar as receitas levou o governo central a tributar as commodities mais importantes na época. Os impostos de exportação representaram o maior custo da produção de algodão no Brasil até a década de 1840. Como os governos regionais não podiam tributar as importações, ficaram com poucos recursos para investir em projetos de infraestrutura que poderiam compensar os crescentes custos de tributação. No final os custos de produção mais elevados reduziram a capacidade do Brasil de enfrentar o desafio de novos concorrentes no mercado internacional do algodão durante o século XIX.¹⁶⁴

O argumento central de Thales Pereira (2017) demonstrado em sua tese é o de que foi a política fiscal o principal elemento que estrangulou e asfixiou a economia algodoeira e não a sua política de preços ou os altos custos dos fretes praticados (PEREIRA, 2017). Essa política fiscal de sobretaxar alguns gêneros de exportação parece contraditória com as medidas tomadas em 1808, como a abertura dos portos do Brasil ao comércio com as nações amigas. Os altos custos administrativos com a máquina governativa, a própria logística de traslado da Corte para os trópicos e o acúmulo negativo da balança de pagamentos de anos anteriores parece justificar a posição tomada, considerando que os gêneros exportados figuravam como principal fonte de receitas da Coroa.

¹⁶⁴ PEREIRA, Thales Augusto Zanberlan. The cotton trade and Brazilian foreign commerce during the Industrial Revolution. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia. FEA/USP, 2017.

A aparente contradição se justifica por se tratar de um aprofundamento da política mercantilista do que a adoção de um liberalismo econômico, como o propugnado pelas teorias do Adam Smith. Essas ideias, embora defendidas pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o pensador José da Silva Lisboa que o influenciava, buscavam encontrar a justa medida entre o pensamento liberal, diante do pragmatismo dos negócios do Império português. Parece que esse último prevalece claramente, quando as medidas sinalizavam para um estrito controle do Estado sobre o comércio, traduzido em regulamentação e taxações impostas, como forma de se garantir o melhor rendimento para a Coroa.

No livro de registro dos editais, posturas e leis emitidas pela Coroa, a Câmara da Vila de Caetité, registrava em 1811 os ditames dessa política que centralizava e fortalecia o controle da Coroa sobre os negócios do algodão, dos quais a Vila de Caetité dependia. No registro esteve assim assentado:

(...) nos foi entregue três Editais que Vossas Senhorias expediram com data do primeiro de junho do dito ano [1811], em **os quais estabeleceram obrigação de se precificar o separasse de substancias heterogêneas o algodão antes de se recolher a malas ou Sacos, cujos Editais fizemos publicar e fixar nos lugares onde há abundância de cultores desse gênero e nos que há maior número de pessoas compra para revender.** (Grifo nosso)

Repassados pelo Ouvidor da Comarca de Jacobina, esses editais tinham claro perfil mercantilista estava apresentado no seu caráter estatista e fiscalista, quando se estabelece a clara intenção de se obrigar ao estabelecimento de uma precificação feita pela instituição camarária em consonância com a política da Coroa. Outra exigência seria o estrito controle da produção, ao se controlar o comportamento dos produtores ao fazer a depuração do algodão de suas impurezas, de acordo com o estabelecido pelo mercado consumidor.

Diante dessa posição, o Concelho da Vila de Caetité apresenta em ofício, suas preocupações com o constrangimento causado aos produtores locais que também o integravam. Dizia em registro na correspondência que

Porem devemos lembrar a Vossas Senhorias que para a exata do disposto nos ditos Editais, se faz necessário maior providencia, qual é o constranger se aos lavradores desse gênero a receberem da Câmera o número com que há de marcar a suas malas impondo-se previas a aqueles que usaram de números que haviam forem dados pela Câmera a exemplo de que a requisito do Tabaco se pratica na Vila da Cachoeira, acrescentam se evitará o dolo dos plantadores e a precisam dos que o compra para negócio, pois que até o presente o tem sofrido.

O controle sobre a produção de algodão foi feito por meio da normatização estabelecida pelos editais expedidos pela Mesa de Prospecção relativos ao asseio e purificação que se deve praticar pelos cultores e compradores de algodão antes de ser recolhido a malas, ou sacos. Demarcam, com isso, um novo comportamento sobre estes de maior controle e vigilância, o que agudizaram as tensões e conflitos sociais e políticos.

Esse controle estrito produziu discriminações de produtores, associados as suas respectivas regiões produtoras no termo da Vila de Caetité. Na comunicação feita com a Ouvidoria, afirmaram categoricamente que, “com efeito foram aquelas cargas no Arraial do Gentio, Amboranas, e nesta Vila” (APMC, 1811).

Sem ter como burlar as exigências dos editais expedidos, os oficiais da Câmara da Vila de Caetité passaram a controlar a partir da fiscalização e registro nos cadernos distribuídos nos principais pontos de afluxo do produto para a expedição através dos comboios de mulas. Não tendo como contestar, os produtores e comerciantes de algodão passaram a burlar a fiscalização através de caminhos e atalhos alternativos que os livrariam da fiscalização, conforme se verá em tópico adiante.

Retomando a análise acerca da participação do algodão na pauta de exportações da Capitania da Bahia no início do século XIX, busca-se dimensionar sua influência na política econômica para o período. Ao comparar os produtos exportados da Bahia no ano 1817, a partir do quadro anterior, tem-se as seguintes representações:

Gráfico 2 – Quantidade dos gêneros exportados (em arrobas) pela Capitania da Bahia em 1817



Fonte: Adaptado de Von Martius e Von Spix. *Através da Bahia. Sinopse dos mais importantes artigos de exportação, da Bahia, em 1817* (1938, p. p.163).

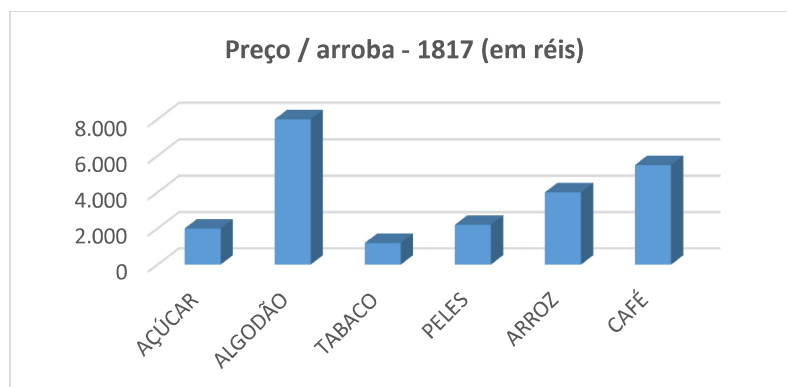
O volume de exportação dos produtos baianos no ano de 1817 apresenta uma posição de destaque inegável para o açúcar. Sendo o principal produto de exportação da Capitania da Bahia desde o século XVI, ainda seguia liderando a pauta de exportações, apesar de diversas crises e flutuações devido ao amplo mercado consumidor existente na Europa.

Na sequência, estava o tabaco, cuja importância nos mercados europeus não era tão destacável. Mas o tabaco baiano tinha plena aceitação nos mercados da costa da África, com clara importância na aquisição de escravos em portos africanos. Por fim, o algodão estava em franca expansão e despontava como alternativa significativa na produção de riqueza baiana.

Ao avaliar os preços praticados por esses gêneros, observa-se o algodão em ampla vantagem em relação aos demais gêneros exportados. Com isso, o incentivo à plantação de algodão em território baiano seria uma estratégia para ampliar potencialmente os valores dos bens exportados anualmente, compensando eventuais perdas na receita proporcionada por outros gêneros.

No gráfico a seguir, pode-se verificar com detalhes essa ampla diferença que a participação do algodão proporcionava na pauta de exportações dos gêneros da Capitania da Bahia. Por meio dele, percebemos nova configuração da receita de exportação, considerando os valores que conseguiam no mercado europeu.

Gráfico 3 – Valores (por arroba) praticados no mercado dos gêneros exportados pela Capitania da Bahia em 1817

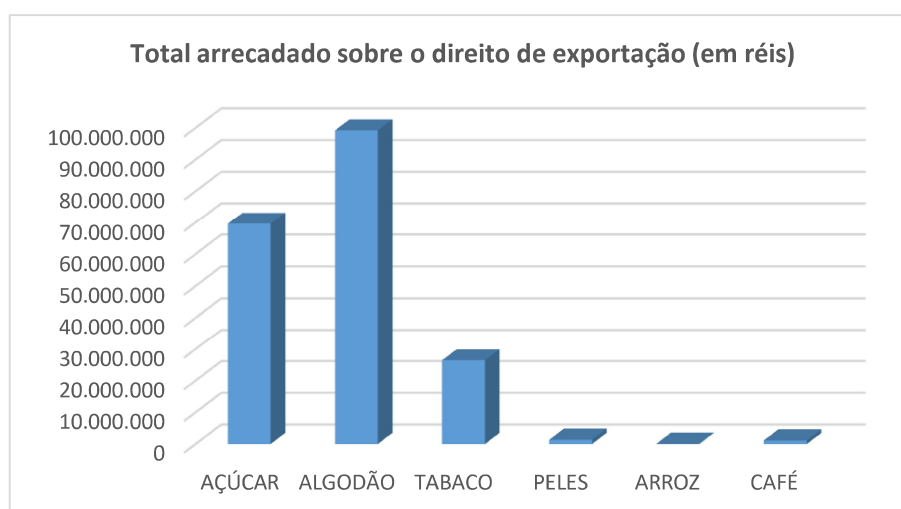


Fonte: Adaptado de Von Martius e Von Spix. *Através da Bahia. Sinopse dos mais importantes artigos de exportação, da Bahia, em 1817* (1938, p. 163).

O valor da arroba de algodão no mercado europeu girava em torno de oito mil réis. Um excelente preço na comparação com o açúcar (dois mil réis) e o tabaco (em média de mil e duzentos

réis)¹⁶⁵ fazia com que os resultados adquiridos em sua comercialização fossem mais expressivos. Com isso, o efeito sobre os valores arrecadados pela Coroa sobre o direito exportação eram expressivamente maiores, como indica o gráfico 4.

Gráfico 4 – Valores arrecadados sobre o direito de exportação dos gêneros exportados (Bahia em 1817)

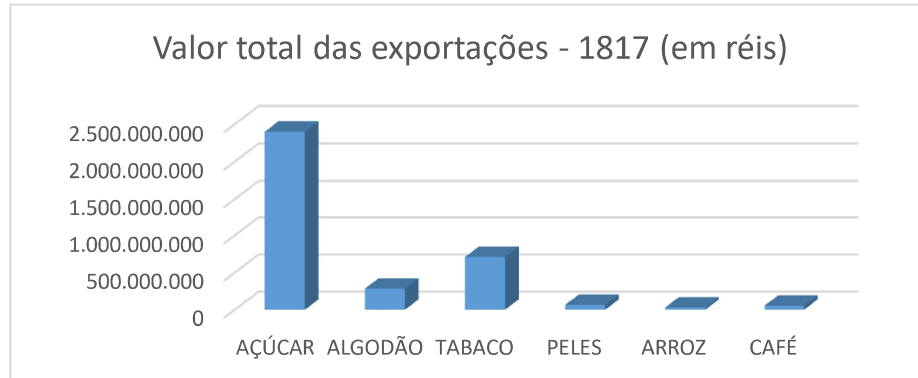


Fonte: Adaptado de Von Martius e Von Spix. *Através da Bahia. Sinopse dos mais importantes artigos de exportação, da Bahia, em 1817* (1938, p. p.163).

Com o valor da arroba de algodão maior do que o valor dos outros gêneros, acrescia sobre ele os percentuais de taxas e impostos provocando os resultados expressivos que se vêm representados no gráfico 4. Não por acaso fez-se um esforço para o desenvolvimento da economia algodoeira na Bahia, com a busca de incentivos à produção e, especialmente, no melhoramento genético das plantas cultivadas e no processamento do algodão em plumas para que pudesse ser melhor aceito no mercado internacional. Com isso, buscava-se atingir um volume de comercialização do produto e, conseqüentemente, o aumento das rendas sob sua exportação para fazer frente às constantes flutuações dos níveis de produção e de preço de produtos como o açúcar e tabaco, igualmente responsáveis pelos principais resultados da pauta de exportação baiana no século XIX. Se considerar, contudo, os valores das exportações em números absolutos, o açúcar ainda dominava o volume de gêneros exportados pela capitania da Bahia para o ano de 1817, como expressa o gráfico 5 a seguir:

¹⁶⁵ O valor do tabaco expresso na tabela foi calculado levando-se em conta a média de preços, considerando os valores mais altos para o produto selecionado, o menor valor para o tabaco em folha e o valor intermediário do refugo – tabaco de pior qualidade que tinha penetração em alguns mercados.

Gráfico 5 – Valores totais da exportação dos gêneros pela Capitania da Bahia em 1817



Fonte: Adaptado de Von Martius e Von Spix. *Através da Bahia. Sinopse dos mais importantes artigos de exportação, da Bahia, em 1817* (1938, p. p.163).

Para o ciclo de exportação de 1818 (outubro de 1817 a setembro de 1818), no entanto, os números da exportação do algodão, segundo informações de *Spix e Marcius*, foram muito mais expressivos e há clara sinalização de aumento da produção. As 234 mil arrobas de algodão vendidas em 1818, superava bem as 160.460 arrobas exportadas no ano anterior, com aumento de quase 32% do volume exportado, conforme se observa no quadro a seguir.

Quadro 11 - Algodão na Bahia, de 1º de outubro de 1817 até 30 de setembro de 1818

Quantidade de algodão impressado que entrou	Quantidade vendida e considerada como exportação de 1818	Valor de toda a importação (safra) para a Bahia, calculada a 8\$000 por arroba, ou 22 florins e 14 kr.	Valor da exportação ativa	IMPOSTO PUBLICO DO ALGODÃO		RECEITA PUBLICA		
				Dizimo do produtor	Direito de exportação do expedidor	Da exportação ativa de 234.000 arrobas	Do resto não vendido (16.000 arrobas)	Total (de 250.000 arrobas)
45.077 sacas (cada saca em média, pelo menos, 177 ½ lb. Ou 250.000 arrobas)	42.277 sacas ou 234.000 arr. Resto não vendido: 16.000 arrobas	2.000.000.000 Rs = 5.558.333 fls. 20 k (do resto): 128.000.000 Rs. = 355.733 fl. 30 K.	1.872.000.000 Reis = 5.202.600 Florins.	5%	Subsídio: 600 rs por arroba, Novo Imposto: 100 rs. Por fardo	93.600.000	6.400.000	100.000.000
						140.400.000	Rs.	R
						4.222.700	9.600.000	150.000.000
							Rs.	R
								4.507.700
								R.
					Total	238.222.700	16.285.000	254.507.700
						R	= 45.258	R
						= 662.060	Fl.	= 707.319
						fls.	43 % Kr.	Fl.
						35 9/40 kr.		18 9/40 kr.

Fonte: Von Martius e Von Spix. *Através da Bahia*. (1838, p. 164).

O quadro 4 revela, ainda, que em 1818 foram prensadas 250 mil arrobas para a exportação, mas somente 234 mil foram embarcadas, restando 16 mil arrobas que não foram vendidas. O valor

total da produção para aquele ano renderia 2 mil contos de réis, valor muito expressivo e muito próximo da exportação de açúcar. Excluído as 16 mil arrobas que renderia 128 contos, o valor líquido ou da exportação ativa, conforme registra a tabela, foi de 1 mil, oitocentos e setenta e dois contos de réis. O valor da receita pública sobre a exportação de algodão pela Capitania da Bahia em 1818, foi de 254 contos, quinhentos e sete mil e setecentos réis.

A cotação do algodão brasileiro em solo europeu estava condicionada a outras variáveis, como sua qualidade associada às terras em que foram cultivados, espécies cultivadas e beneficiamento final do produto exportado.

Em 1819, o *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa, apresentava essas variações de preço do algodão brasileiro (em libras), conforme sua procedência. Do quadro publicado originalmente extraiu-se apenas as informações sobre o algodão:

Quadro 12: Preços correntes dos principaes productos do Brasil, 1819

Gêneros	Qualidade	Preços	Direitos
Algodão	Bahia por lbs	1s. 5p. a 1s. 6p.	8s. 7p. por 100 lb. Em navio Português ou Inglês.
	Capitania		
	Ceará	1s. 6p. a 1s. 8p.	
	Maranhã	1s. 5p. a 1s. 6p.	
	Minas Novas	1s. 2p. a 1s. 3p.	
	Pará	1s. 3p. a 1s. 4p.	
	Pernambuco	1s. 7p. a 1s. 8p.	

Fonte: Adaptado de *Correio Braziliense* nº 23 / julho a dezembro de 1819. Londres, 25 de setembro de 1819, p. 232.

Pela análise da tarefa, percebe-se que o algodão cultivado na Capitania de Pernambuco tinha melhor cotação por libra, 1 shilling e 7 a 8 pence. A seguir, pela cotação apresentada, o preço do algodão do Ceará (1 *shilling* e 6 a 8 pence). O algodão produzido pela Bahia e pelo Maranhão (1 *shilling* e 5 a 6 pence)¹⁶⁶. Na sequência, aparecem os preços do algodão produzido pelo Pará (1 *shilling* e 3 a 4 pence) e Minas Novas, em Minas Gerais (1 *shilling* e 2 a 3 pence).

Para o período seguinte, entre 1819 a 1823, o quadro da economia baiana teve números ainda significativos, exceção feita para o ano imediato pós-independência, quando essa realidade muda bruscamente. Segundo informações de F. M. de Góis Calmon demonstrada na tabela a seguir,

¹⁶⁶ A **libra esterlina**, moeda do Reino Unido utilizada também para transações no mercado europeu, até 1971 era dividida em 20 unidades, denominada *shilling*. Essas, por sua vez, eram subdivididas em 12 unidades menores chamadas *penny* (ou *pence*, no plural). No sistema pré-decimal que subdividia a libra, sua menor unidade seria o *farthing*, que equivalia a ¼ do penny. Assim, 4 farthing = 1 penny; 12 pence = 1shilling; 2 shillings = 1 florin; 5 shillings = 1 coroa; 20 shillings = 1 libra;

In: <http://www.sidneypacheco.com.br/fotos/moedas/reinounido/reinounido.htm>, acessado em 20 de março de 2021.

cujos argumentos reforçam a ideia de que o processo de independência do Brasil teve papel significativo no desmantelamento de sua economia que, até o período, era muito expressiva.

Ao aprofundar a análise sobre o comércio baiano no início do século XIX pode-se melhor perceber seus contornos, especialmente a participação no mercado externo, como se vê. Seguem os números trazidos por ele:

Quadro 13- Impacto sofrido pelas guerras de independência na Bahia

AÇÚCAR		
1819	29.775	Caixas de 40 arrobas
1820	36.688	idem
1821	48.814	idem
1822	35.660	idem
1823	10.272	idem
ALGODÃO		
1819	29.311	Sacos com 150 lbs ¹⁶⁷
1820	41.708	idem
1821	41.146	idem
1822	34.720	idem
1823	8.302	idem

Fonte: Walsh, (1830, p. 536).

Os dados apresentados retraram as informações trazidas em Góis Calmon (2020), segundo o qual, para um volume das exportações brasileiras das capitanias do Norte que no início do século XIX, giravam em torno de R\$. 9.483:445\$081 (nove mil e quatrocentos e oitenta e três contos, quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitenta e um réis), contra R\$. 4.670:310\$810 (quatro mil e seiscentos e setenta contos, trezentos e dez mil e oitocentos e dez réis) exportados pelas capitanias do Sul.

Somente a Capitania da Bahia, isoladamente, fora responsável pela exportação expressiva de R\$. 3.284:684\$868 (três mil e duzentos e oitenta e quatro contos, seiscentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e oito réis). Esses números expressariam, segundo Calmon, cifras muito significativas da exportação baiana o que se considera uma participação de liderança entre as capitanias do Norte.

No entanto, para o período posterior, o volume da exportação baiana reduziu sistematicamente com o profundo impacto sofrido pelas guerras de independência na Bahia. Conclui-se, assim, que a economia baiana associada à produção agrícola para o mercado interno e exportação teve, nos anos da independência, um importante marco depressivo. Finda-se assim um

¹⁶⁷ Aproximadamente 75 kg ou 5 arrobas de 15 kg.

primeiro ciclo econômico que se inicia por volta da década de 1780, se estende até cerca por volta de 1820, sendo dotado, naturalmente, de flutuações Inter cíclicas.

Analisando as características dessa economia na região e temporalidade proposta, consegue-se perceber sua complexidade no volume e diversidade de gêneros produzidos e comercializados, os sujeitos que dela se ocupavam e das estratégias de produção e acumulação de riquezas praticados, especialmente na economia algodoeira e produtos consorciados.

Ao aprofundar um pouco mais as características da economia sertaneja, percebe-se as nuances que marcam as relações entre os produtores e as estruturas políticas locais, como ser vê no tópico a seguir.

3.2.2. Perfil da cotonicultura nos sertões da Bahia no início do século XIX

O coronel José de Sá Bitencourt, em sua *Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação* detalhou o perfil da lavoura algodoeira no Alto Sertão da Bahia, no final do século XVIII. Nesse relato, destacou inicialmente o deslocamento das áreas produtivas do litoral, especialmente na vila de Camamu, para o Alto Sertão da Bahia, por volta de 1780. Ali encontraram as condições favoráveis, alterando a realidade sócio econômica desse território.

Os registros feitos pelo coronel Bitencourt se referem ao Arraial do Caetitê que fica a cerca de 30 léguas acima das Cabeceiras do Rio das Contas, que dista 130 léguas, ou pouco menos do primeiro porto de embarque que “é na Villa da Cachoeira”. Segundo ele, era “há 25 anos pobre, deserto, e só manejava o diminuto comércio de gados, mas de muito pobres fazendas se vê hoje o mais rico daqueles Sertões, depois que deram princípio à cultura do Algodão, havendo nele grandes Lavradores”, pela facilidade, e segurança de fazerem descer por “uma estrada frequentada os seus gêneros”.¹⁶⁸

A figura 14 retrata, a seguir, um mapa demarcando esse deslocamento territorial da cotonicultura na Bahia. Por meio dela, pode-se perceber características importantes desses sertões da Bahia, evidenciando a presença de vales fertilizados por pequenos riachos, favorecendo a cultura do algodão e outros produtos na região.

¹⁶⁸ BITENCOURT, José de Sá, “Memórias sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandioca no termo de Camamu, Comarca de Ilhéus, Bahia apresentada e oferecida ao Príncipe do Brasil”. Lisboa: oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

A 14 léguas da Villa de Camamu, fazendo caminho de Oest-Sudueste até encontrar as margens do Rio das Contas, onde confinam as matas grossas, com as Catingas altas, e vão confinar a 52 léguas com as Catingas baixas, já a regularidade do clima se conforma com a fertilidade do terreno, muito próprio para todas as plantações, particularmente, para a lavoura do Algodão, onde se acha silvestre no meio das ditas Catingas¹⁶⁹.

Nestes terrenos que divisavam com as “catingas grossas”, estariam os melhores solos e condições climáticas favoráveis para o desenvolvimento da lavoura algodoeira. Segundo Bitencourt, “é sem dúvida o mais próprio para a dita lavoura, porque o Algodão domestico, uma vez plantado, se conserva por muitos anos (...) onde tinha sido plantado havia dezoito anos, e se conservava no meio das Capoeiras, com tanto vigor, como se fosse novamente plantado.”¹⁷⁰

Estas terras abrangiam os chamados Sertões de Dentro, área que se estendia desde a faixa litorânea habitada às margens do Rio São Francisco, a partir de seus desdobramentos, Sertão da Ressaca, Alto Sertão da Bahia, Sertões do Médio São Francisco, Sertões da Chapada Sul, etc. Ali, sobretudo nas zonas de transição dos biomas zona de Mata para o Agreste onde se localizavam as bordas da mata, e dessa região para a catinga e cerrado, existiam vários arranjos climáticos onde a combinação do solo e a altitude topográfica condicionavam os climas amenos, com demarcação precisa entre as estações secas e chuvosas.

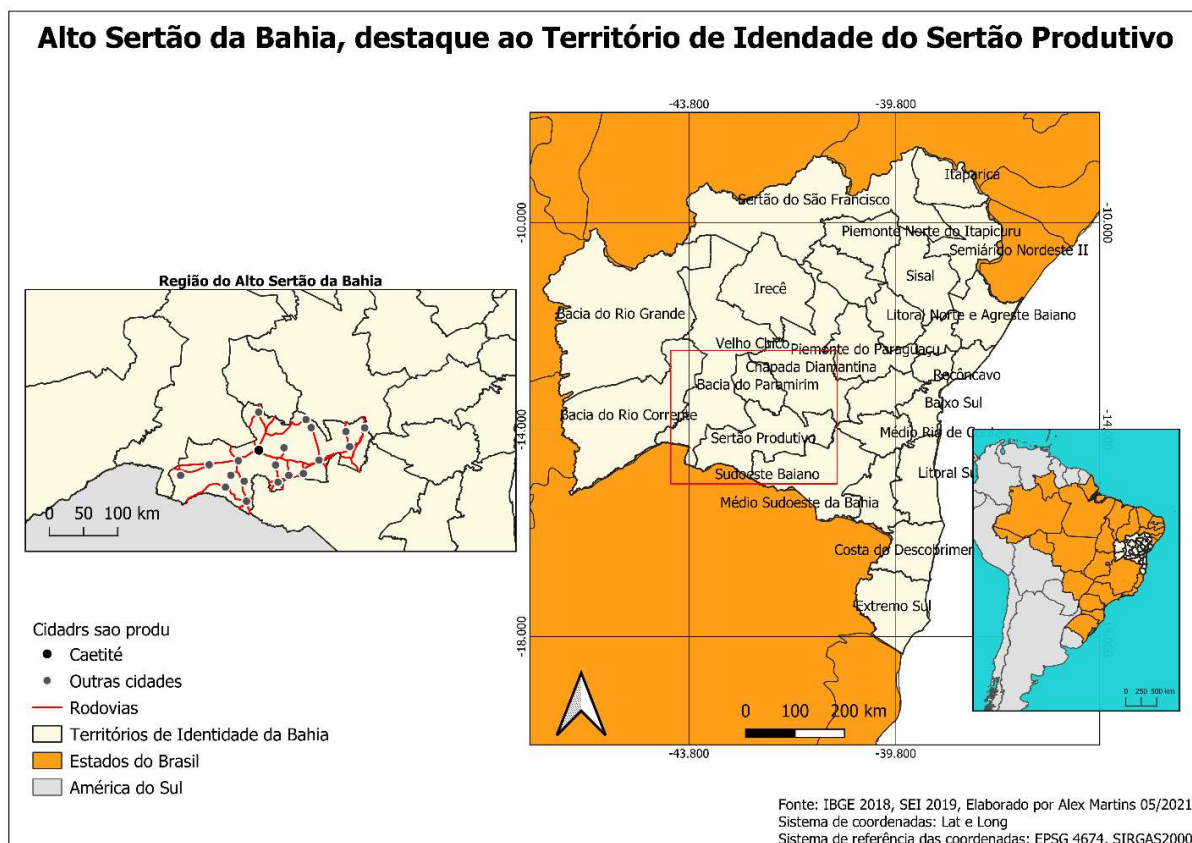
O processo de plantio do algodão prevaleceu no contexto do século XVIII e XIX com base no modelo de agricultura tradicional. Por esse modelo agrícola, o cultivo do algodão era consorciado com o plantio de milho e feijão, bases da policultura sertaneja de subsistência, o que tornaria amplamente favorável o seu cultivo, uma vez que potencializava o uso do solo.

A existência de várias nascentes de rios e riachos e tipo de solo favorável ao desenvolvimento do algodão fizeram do território baiano um importante produtor e exportador desse produto desde finais do século XVIII. Não por acaso, na memória sertaneja recente, no processo de divisão da Bahia em territórios de identidade, os moradores do Alto Sertão se autodenominaram de Sertão Produtivo, em referência às características históricas da região enquanto potencial produtora de alimentos e outros gêneros, conforme nos mostra o mapa a seguir:

¹⁶⁹ BITENCOURT. Memória sobre a plantação de algodões... op. cit. p. 13

¹⁷⁰ *op. cit.* p. 13

Figura 18 – Território do Sertão produtivo, territórios de identidade do Estado da Bahia



Fonte: IBGE, 2018 / Secretaria de Estatística e Informação (SEI), 2019.

Bitencourt (1798) fez apontamentos acerca das observações empíricas sobre a cotonicultura sertaneja, seu sistema de plantio, o regime de chuvas, a dinâmica da lavoura de algodão, o calendário anual de cultivo, destacando desde as técnicas de plantio, cuidados na preservação das plantas até a colheita.

As condições para o melhor desenvolvimento dessa economia, implicava na adoção de um conjunto de estratégias, especialmente a logística de destino dessa produção para os centros consumidores que, no caso dos sertões da Bahia, eram destinados ao porto da Cachoeira e de lá seguia para Salvador; na sequência, ganhava o destino dos portos da Inglaterra.

Quanto à produção alto sertaneja, segundo ele, a dificuldade não residia exatamente nas estradas de acesso, mas na presença de nações indígenas que dificultavam o traslado seguro nesta região:

Este caminho, em outro tempo aberto por Ordem do Excelentíssimo Manoel da Cunha Menezes, quando governou a Bahia, terminando na estrada, que vai para os Maracazes, dirigida dos Sertões da Conquista, que ficam abaixo das Contagens de Rio Pardo, e Tocajós, se fechou, não só pela infestação do Gentio, mas pelo longe, mão passo e falta de pastagens para os animais.¹⁷¹

Ao denunciar as estradas “fechadas” pelas presenças dos índios, especialmente os Cotaxós, o que limitava muito a exportação do algodão, Betencourt (1798) aponta possíveis soluções: “não é preciso para segurança deste caminho mais, que uma Povoação de índios mansos chamados *Mongoiós* no Ribeirão da Arêa”. Para isso, segundo ele, bastava que o governo utilizasse da “Régia Autoridade” em promover esse deslocamento de aldeamento indígena.

Ao se referir aos indígenas que consideravam aculturados, diz: “Eu não conheço homens mais aptos para este fim do que a doméstica Nação dos Índios *Mongoiós*, não só pelo seu grande valor, e intrepidez, como por serem huns homens acostumados à vida silvestre...”. Considerando que a nação Mongoió vivia também da agricultura, caça e pesca, bastaria que recebessem ferramentas do governo, os livrasse da “opressão, que sofrem, de quem os governa”, que os garantissem residência no terreno “da beira do Rio”, quando “aqui chegarão na expedição da Bandeira contra os Cotachós”.

Estes indígenas (*Mongoiós*), “conciliados, debaixo da direção de um Diretor desinteressado, serão outros tantos valorosos soldados, que com facilidade dali melhor podem ser chamados, conforme as necessidades da beira-mar, do que do fundo dos Sertões”, onde habitavam. A sua remoção para áreas determinadas pelo governo, segundo ele, proporcionaria não apenas suas melhores condições de sobrevivência e viabilizaria tranquilidade para o comércio sertanejo que atravessava os seus territórios

[...] ficando a estrada livre da infestação dos Cotachós, o Comercio será livre aos viandantes, para com segurança trazerem as suas mercadorias, de cuja facilidade resulta a animação de uma lavoura tão importante, servindo estes homens, para exportarem nas canoas as grandes somas de Algodão, que a emulação fará cultivar em todo o vasto terreno do baixo Sertão da Ressaca, *Conquista*, e *Borda da Mata*¹⁷², que vem ter ao dito Rio das Contas¹⁷³.

As estradas, os caminhos dos sertões da Bahia, a partir do desenvolvimento da cultura algodoeira, passaram a ser frequentados com intensidade por tropas de muares que se deslocavam

¹⁷¹ BITENCOURT. Memória sobre a plantação de algodões... Op. cit. p. 19

¹⁷² NOTAS DO AUTOR: Nome próprio, com que ficou pela conquista dos Índios *Mongoiós*, este lugar.

¹⁷³ BITENCOURT. Memória sobre a plantação de algodões... op. cit. p. 20

em direção ao porto de S. Félix da Cachoeira, às margens do Rio Paraguaçu, de onde completaria o trajeto por embarcações até o porto de Salvador.

A seguir, apresentamos a gravura de um tropeiro, típico do período aqui abordado, responsável pelo transporte do algodão sertanejo ao porto da Cachoeira. Ela representa as condições de trânsito pelos sertões da Bahia, no início do século XIX. Jean Baptiste Debret retrata as especificidades dos caminhos dos sertões da Bahia e as características dos homens encarregados desse negócio.

Figura 18 -Voiturier de Coton et Sertanejo – Denis, Ferdinand



Fonte: Arquivo Nacional, (1846).

Pela análise da imagem, percebe-se o perfil do sertanejo comboieiro ou tropeiro, condutor de tropas que transportavam o algodão ao porto da Cachoeira. Suas vestes com proteções contra arbustos espinhentos na trajetória pelos caminhos e picadas malcuidados, o porte de armas para se resguardar de ataques de índios hostis, salteadores ou animais silvestres.

As dificuldades nas solidões dos caminhos desertos exigiam uma logística de deslocamento que combinasse um ritmo das viagens e a existência de pousos que oferecessem algum suporte aos viandantes. A constituição de uma tropa com ajudantes – os arrieiros – que cuidavam de arriar as cargas, para que a tropa de muare pudesse descansar e alimentar-se. A equipagem da tropa com

vários recursos de alimentação, ferramentas e recursos para correção dos arreios fazia parte essencial da logística de trânsito dos tropeiros pelos sertões distantes.

As variedades de algodão plantados nos terrenos dos sertões da Bahia demandava do melhoramento genético das plantas. A necessidade de melhorar a produtividade exigia variáveis de plantas mais produtivas, com menor tempo de produção, imune a alguns insetos e doenças e capaz de produzir o algodão condizente com as demandas do mercado têxtil:

O Algodão da Índia, que cá temos, tem nas sementes alguma semelhança com o Algodão da Pérsia, por serem alguma cousa cobertas de um pelo branco, porém não tanto, como o da Pérsia; a sua flor é de um vermelho cor de fogo, caráter distinto do Algodão de Massacar, o qual ainda conservamos em muito pequena quantidade, por ser mais difícil no colher, porém bastante para se poder aumentar a plantação; relíquias que nos ficarão dos gêneros da Índia, que em outro tempo aqui foram cultivados, como a Canela, a Pimenta, o Gengibre, e o mesmo Algodão.¹⁷⁴

Assim tipifica uma boa variedade de algodão a partir das sementes que remetera para análise, detalhando as variedades pela cor e formato da semente e as principais características quanto à qualidade do fio que proporciona, o tipo e duração de arbusto e resultado do tecido a ser produzido.

Outra questão destacada era a grande circulação de sementes entre os vários territórios do Império português em seu processo de ampliação e consolidação da sua natureza territorial. Para tal, a implementação das lavouras de diversas vocações, em cada uma de suas partes, foi importante.

Além das variedades do algodão indiano, mais cultivados para a exportação, trata também do algodão doméstico, cultivado nas caatingas e “outras duas qualidades de Algodão silvestre, que se encontra em abundancia nas Catingas à margem do Rio das Contas, tendo ambas as mesmas propriedades do Algodão da Índia”, quanto às características da semente quanto do arbusto, “só com a diferença, de que uma destas espécies tem a lã parda, e áspera por falta de cultura.”¹⁷⁵

Em suas memórias, Bitencourt apelava ao Rei a quem, segundo ele, pertenciam as iniciativas de incentivar a produção do algodão nos terrenos dos sertões, criando as condições para o seu desenvolvimento a partir do melhoramento das sementes a serem plantadas nas lavouras dos sertões.

¹⁷⁴ BITENCOURT. Memória sobre a plantação de algodões... op. cit. p. 13

¹⁷⁵Op. cit. p. 28

Essas providências se faziam urgentes para a melhoria das lavouras “porque elas pedem despesas que excedem à fortuna dos particulares, e necessitam da animação das Ordens, e do poder do Soberano, para transportar casais de Ilhéus, do mesmo modo que se fez para a Ilha de Santa Catharina”. Esse era o recurso que o governo se valera em outras oportunidades, tratadas em seu relato, “para dar maior avanço à cultura dos Algodões, e cultivar-se um terreno, que pôde sustentar muitos milhões de Vassalos de Sua Majestade...”. Para isso,

Basta que o Governo determine a residência dos Índios Mongoiós na beira do Rio, para que ficando a estrada livre das invasões dos Catachós, se dê principio a uma tão importante lavoura, como também para que possa por ela descer todo o Salitre, que se fabricar não só nos Montes Altos, como em todo o terreno nitroso do Ribeirão da Giboia, que fica a 40 léguas de beira-mar, de muito fácil condução, fazendo-se primeiro conduzir em carros até o sitio chamado da Passagem, e daí em canoas até o Ribeirão da Arêa, como tenho já dito a respeito da exportação do Algodão, e com muita facilidade conduzir-se para o primeiro porto de embarque: no caso que seja o *Salitre* [...].¹⁷⁶”

Em 30 de março de 1794, Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, preocupado na melhoria da cultura do algodão nas terras brasileiras, enviou ao então governador da Capitania da Bahia d. Fernando José de Portugal uma encomenda especial. Em uma caixa continha sementes de algodão da Pérsia, considerado de qualidade superior, com instruções para sua cultura¹⁷⁷.

No ofício que acompanhava a preciosa carga, o secretário recomendava:

A superior qualidade do dito Algodão merece que se façam algumas diligencias para introduzirmos nessas Colônias; e este é o motivo porque o Príncipe, Nosso Senhor, manda recomendar a V. S^a este objeto, como um daqueles que podem ser de muita utilidade a essa Capitania, e a este Reino. (AHU_BAÍA, cx. 196 doc.3)

Em janeiro de 1796, Joaquim de Amorim Castro, naturalista formado pela Universidade de Coimbra e integrante da chamada “geração de 1790”, colega dos irmãos Silva Lisboa (José e Baltasar), a exemplo destes, retornava à Bahia para assumir cargos de destaque na governança da terra¹⁷⁸. Cuidou de desenvolver um estudo de botânica sobre as culturas de algodão e fumo e encaminhar ao governador d. Fernando José de Portugal, então governador da capitania, chamando a atenção para estas culturas. No teor da carta encaminhada, tratou de afirmar que, “A semente de

¹⁷⁶Op. cit. p. 29

¹⁷⁷ AHU_ACL_CU_005, Cx 196, D. 14266. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, ao governador e capitão-general da Bahia, [D. Fernando José de Portugal] remetendo uma caixa com sementes de algodão da Pérsia e instruções para a sua cultura. Lisboa, 30 de março de 1794.

¹⁷⁸ Joaquim de Amorim Castro ocupou os cargos de Juiz de Fora da Vila da Cachoeira, onde enfrentou fortes conflitos com habitantes locais. Depois ocupou o cargo de desembargador no Tribunal da Relação.

algodão da Pérsia que recebi da Academia, tem igualmente correspondido; e espero pôr na presença de V. Ex.^a e da Academia o seu resultado interessante, para que se consagrem a V. Ex.^a os princípios desta nova Agricultura”¹⁷⁹.

A compreensão dos oficiais reais a serviço do engrandecimento do Império português de que investir em gêneros com grande demanda mercado europeu, como o algodão seria estratégico para alavancar os negócios e reerguer a economia. Para isso, precisava melhorar o padrão de cultivo desses gêneros, adaptar suas condições de produção aos padrões exigentes de consumo seria condição indispensável para colher os melhores resultados.

Em 1797 Manuel Arruda da Câmara publicava suas *Memórias sobre a cultura dos algodoeiros*, dedicada a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nelas, Manuel Arruda da Câmara apresenta suas experiências no plantio do algodão e o esforço para melhorar o desempenho de sua produção. Sua ênfase estava na modernização das técnicas de beneficiamento do algodão, especialmente com a utilização de máquina desenvolvida para tal fim que contribuiu, segundo ele, para racionalização da mão de obra na proporção de 20/1.

Anos mais tarde, o cônsul português na Inglaterra também se mobilizou para os melhoramentos das variantes plantadas no Brasil. Em correspondência de 12 de abril de 1817, em que anunciava o vice-cônsul que atuaria em Liverpool - um dos principais portos de destino do algodão brasileiro - encaminhou o que considerava ser as melhores sementes de algodão para se adaptar à cotonicultura do Brasil.

Nesta ocasião remeto aos Ex.mos Snr.s Governadores da Bahia, e Pernambuco uma porção de semente do melhor Algodão de Sea Island, afim de ser ai plantado; Esta qualidade obtém aqui quatro a cinco pennes por arrátel, mais do que o do Brasil; estimarei muito que a qualidade não sofra pela mudança do clima, e que desta pequena lembrança venha a resultar utilidade.¹⁸⁰

As recomendações expressas traduzem uma preocupação da administração imperial com o melhoramento algodoeira no Brasil, dada a sua importância na pauta de exportações do Império português. A estratégia de disseminar a semente de boa qualidade para todo o território produtivo,

¹⁷⁹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Ofício do doutor Joaquim de Amorim Castro ao [governado e capitão-general da Bahia, D. Fernando José de Portugal] solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área botânica. AHU_ACL_CU_005, Cx. 200, D. 14447 / AHU-Baía, cx. 199, doc. 15-A. Cachoeira, 20 de janeiro de 1796.

¹⁸⁰ Carta informando a nomeação de Francisco Gaudêncio da Costa para vice-cônsul de Portugal em Liverpool, 1817 (BR NA, RIO 01.0.0.44º, P.1 / Maço n. 9)

visava consolidar o produto brasileiro no mercado têxtil e fazer frente a outros produtores concorrentes.

A exemplo de outros estudos¹⁸¹ que evidenciaram a importância da economia baseada no comércio interno, percebe-se as nuances da produção algodoeira dos sertões. As relações estabelecidas entre produtores, negociantes, tropeiros, oficiais e membros do senado da câmara e uma variedade de sujeitos que, pelas suas práticas, interferiam, a seu modo, na dinâmica mercantil da economia algodoeira.

A *Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação*, do coronel José de Sá Bitencourt, segue detalhando as características da lavoura algodoeira nos sertões da Bahia, tipificando as plantas com maior incidência nesta região e analisando as suas condições de produção. Ele traz algumas informações sobre o estudo feito em seu “CALCULO ANALYTICO”, que explicita o procedimento da cotonicultura sertaneja:

Um escravo trabalhando em Algodão dá do rendimento no Sertão.... 250\$000
 Prepara terra para500 pés
 Que dão de lã.....62 e 16@
 Tirada de 1364 maçãs, que produz razão de 4 lib. por pé cada pé de colheita ordinária.
 Além disto planta o milho, e feijão para o seu sustento, e para criar porcos, galinhas, &c.
 O que melhor se conhece na Taboa Sintética.

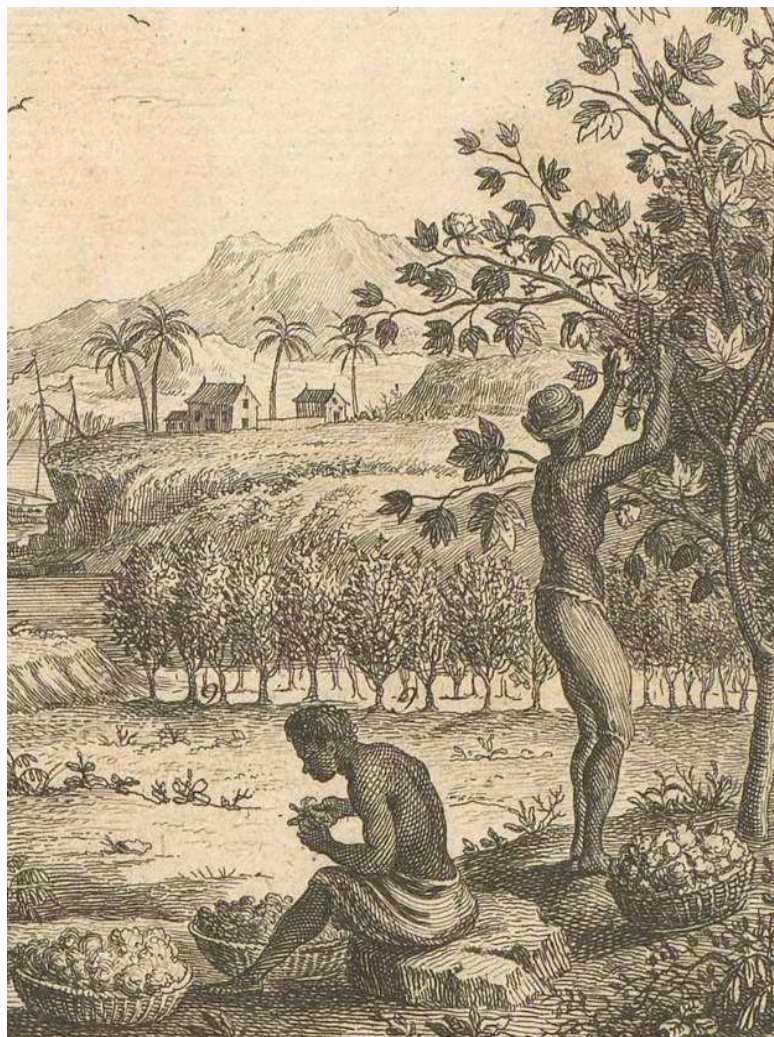
A sua análise permite a compreensão acerca dos níveis de produção, custos, produtividade e rendimentos de um gênero da economia escravista agroexportadora que justificava a sua adoção. Percebe-se, ainda, a importância da produção de algodão junto à policultura sertaneja, o que tornava viável esta economia, ocupando uma posição central na geração, reprodução e circulação de riquezas nos sertões desde meados do século XVIII. Além disso, percebe-se nos dados apresentados os rendimentos por mão de obra escrava empregada em tal empreendimento.

A observação dos dados permite constatar pelo cálculo sobre o rendimento do algodão, a viabilidade econômica da lavoura algodoeira consorciada com a lavoura de alimentos, no contexto da economia escravista sertaneja.

A seguir, uma gravura (figura 19) feita por Debret sobre o cultivo de algodão nos sertões, traz os elementos constitutivos da organização da cotonicultura. Por meio dela, ilustra-se o perfil do trabalho aplicado às atividades do cultivo do algodão nos sertões.

¹⁸¹ FRAGOSO, João Luís. Os modelos explicativos da economia colonial. In: **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 55-116

Figura 19- Escravos colhendo-Algodão (Debret)



Fonte: Arquivo Nacional ([19--]).

Pode-se identificar as características elementares da produção algodoeira nos sertões. No primeiro plano divisamos a variável arbustiva do algodão plantado, sendo colhido e processado por meio do trabalho escravo. Negros se revezam entre a coleta das maçãs ou capuchos de algodão que são acondicionados em cestas, de onde se deslocam para locais apropriados para o enfardamento.

Vê-se, em segundo plano, o perfil da plantação em arruamentos com distanciamento que permite o cultivo de alimentos nas terras disponíveis entre as plantas. A lavoura algodoeira exigiu, naturalmente, uma transformação significativa da estrutura agrária, necessitando de maior disponibilidade dos terrenos férteis, com o conseqüente cercamento dessas áreas e o distanciamento necessário das áreas destinadas à criação de gado.

A mão de obra escrava foi utilizada sistematicamente na lavoura algodoeira nos sertões, incrementando o comércio escravista já existente. A seguir, apresenta-se uma análise do coronel Bitencourt sobre a lavoura, por meio da qual ele argumenta com números as vantagens da cultura algodoeira nos sertões.

Esses dados trazem uma apreciação da lavoura algodoeira sem levar em conta, claro, variáveis que interferem em seus resultados, a exemplo de eventos naturais, deficiência na mão de obra disponível, dos recursos de produção, etc.

Quadro 14 - Cálculo sintético do rendimento do algodão em caroço Cálculo sintético do rendimento do algodão em caroço.

Cálculo sintético do Rendimento do algodão do caroço pardo, verde, e do Maranhão									
Produção de algodão em	Maçã	Capulhos	Gr.	Oit.	Lib.	Arrobas	Pés de Algodão	Preço	
Uma maçã contém		3 até 4							
Um capulho de lã			9 p.m.						
Oito ditos grãos				1					
1024 capulhos dão					1				
1024 capulhos reduzidos a maçã dão	341								
Cada pé de colheita ordinária dá	1364								
1364 maçãs dão de lã					4				
Cada trabalhador prepara a terra para							500		
500 pés dão de algodão						62 ½			
62 arrobas e ½ vendido pelo preço corrente na Praça de 6:400								400\$000	
62,5									
<u>6\$400</u>									
250\$000									
<u>3.750</u>									
400\$000									
62 arrobas e ½ no Sertão vendida a 4\$000 rende								250\$000	
62,5									
<u>4\$000</u>									
250\$000									

Fonte: Arquivo Nacional – Bitencourt, José de Sá (coronel). Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação ([18--]).

Pela análise da tabela, percebe-se um cruzamento entre a produção de cada algodoeiro e a produção individual de cada trabalhador, no caso o escravo, que tinha capacidade produtiva de 500 pés de algodão que rendiam 62,5 arrobas, vendidas a 4\$000, totalizando 250\$000.

Considera-se que nessa lavoura algodoeira os espaços intercalados entre as plantas eram destinados à produção destinada à alimentação do plantel de escravos. Com isso, já nas primeiras safras, seriam cobertos os custos pela aquisição dos escravos e sua manutenção. Logo, tal empreendimento se apresenta como altamente lucrativo, com uma excelente condição de reprodução das estruturas produtivas.

Nesta análise, observa-se que a produção e reprodução das riquezas no contexto da economia algodoeira seriam resultantes do emprego da mão de obra escrava associada ao correto plantio do algodão, com atenção dada às espécies mais potencialmente produtivas. No entanto, verifica-se na seção seguinte que a complexidade da produção algodoeira envolvia outros elementos, a exemplo do financiamento da produção, como aquisição de escravos e recursos para a operação, etc., custos com fretes, taxas e impostos e a política de preços no mercador consumidor.

3.3. A BASE ESCRAVISTA DA PRODUÇÃO SERTANEJA

Mergulhando um pouco mais nas análises econômicas, na historiografia brasileira do século XX¹⁸² em suas várias correntes explicativas - particularmente aquelas que procuram compreender a constituição de uma sociedade com profundas contradições em sua relação com o comércio global – percebe-se com frequência, a questão da escravidão como elemento central na compreensão da reprodução da riqueza social. Em recorrentes revisões desta historiografia, há a percepção desta constante, a exemplo do que fazem Florentino e Frago (2001) ao tratarem da questão.

Nessa revisão, estes autores abordam as correntes explicativas inauguradas por Caio Prado Jr. e seguidas por Celso Furtado e Fernando Novais, além dos estudos que revelaram uma posição dissidente à teoria central do Antigo Sistema Colonial, com os de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender. Os estudos desenvolvidos na década de 1980 procuraram romper com os paradigmas estabelecidos pelos pioneiros. Com isso, eles percebem a compreensão de um modelo econômico

¹⁸² PRADO JR, **Formação do Brasil Contemporâneo**. (Colônia). São Paulo: Brasiliense, 1976. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 14. ed. São Paulo, Nacional, 1976. NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1981. CARDOSO, Ciro. As concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial” e do “Antigo Sistema Colonial”; a preocupação obsessiva com a “Extração de Excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral, org. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 109- 132.

que se reproduz externamente, com base na escravidão em suas múltiplas funções: mercadoria, mão de obra, moeda fiduciária, etc. e nos preços praticados no mercado europeu.¹⁸³

Dentre os estudos pioneiros sobre a escravidão no Alto Sertão da Bahia, Erivaldo Fagundes Neves a localiza no contexto da pecuária extensiva existente desde início do século XVIII. Na obra: *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local*, lançado em 1998 ele assevera que

A escravidão desenvolveu-se no Alto Sertão baiano, simultânea e articuladamente com a meação, confundindo choupanas de agregados e casebres de escravos. Contudo, as referências a meeiros, agregados ou não, são raras e pouco esclarecedoras na documentação utilizada nesta pesquisa e, na débil historiografia sobre o sertão, as informações são escassas e geralmente superficiais. (NEVES, 1998, p. 248)

Neves enfoca uma organização do trabalho escravo no contexto dos pequenos e médios criadores e agricultores, cujo trabalho era feito juntamente com os membros da família proprietária. Embora os estudos correntes sinalizem a existência de pequenos planteis de escravos associados à agricultura e criação de gado *vacum*, os registros em testamentos de proprietários indicam a existência de fazendas com maiores extensões de terra apresentam números mais expressivos.

Adiante, Neves (1998) categoriza melhor essa estrutura escravista no Alto Sertão da Bahia, traçando um panorama sinóptico sobre a forma como a escravidão se insere nos quadros da economia sertaneja. Diz ele:

As policulturas agropecuárias do Alto Sertão da Serra Geral, de pequena expressão econômica, relativamente à agro manufatura açucareira litorânea, não necessitavam de empreendimentos vultosos nem empregavam trabalhadores assalariados permanentes. Muito raramente contratavam feitores, pois predominavam os pequenos plantéis de escravos, administrados pelos próprios senhores ou sozinhos nas pequenas unidades produtoras. Os serviços emergencialmente utilizados de párocos, advogados, médicos, parteiras, curandeiros eram pagos como ocupações eventuais. Entretanto, agenciavam trabalhos diaristas de carpinteiros, ferreiros e, mais frequentemente, de trabalhadores volantes, sem qualificação profissional, para as atividades agrícolas. (NEVES, 1998, p. 249)

Com o argumento da baixa capacidade de reprodução de riquezas ou mesmo da não adequação da mão de obra escrava à sua organização do trabalho, Neves apresenta a meação no contexto da pecuária, enquanto alternativa a opção pela mão de obra escravista nos sertões da Bahia.

¹⁸³ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. **CAPÍTULO II: INTERPRETAÇÕES**. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 25-59

Em estudo sobre as rotas de importação de escravos para a Capitania de Minas Gerais feita pelo caminho do sertão da Bahia entre os anos de 1759 e 1772, Martins & Silva (2006) ressalta a importância dessa rota no abastecimento de mão de obra escrava para aquela região. Segundo as pesquisadoras, 58,8% de todos os escravos que partiam da Bahia eram absorvidos nas minas. Destes, 91,2% eram africanos, cujo abastecimento seguiu até meados do século XVIII. (MARTINS & SILVA, 2006)

Esse dado aponta a importância do Alto Sertão da Bahia como espaço de trânsito de escravos em direção às minas de ouro, o que se permite considerar, portanto, que não havia dificuldades no acesso à aquisição de escravos nesta região. Mesmo sendo substituída pelo Porto do Rio de Janeiro no início do século XVIII, o tráfico de escravo pelos caminhos do sertão da Bahia ainda permaneceu suprindo o mercado mineiro, pelo menos até o final do século XVIII.

O advento da economia algodoeira em finais do século XVIII provocou a expansão do controle sobre as terras produtivas e, conseqüentemente, a demanda por mão de obra escrava para essa lavoura, percebeu-se ampliação sensível dos plantéis em relação aqueles utilizados na pecuária regional:

A série estatística apresentada vem reforçar a literatura existente, mostrando que o Caminho do Sertão não era utilizado apenas para o comércio de mercadorias entre as capitanias, mas também para o muito lucrativo tráfico de escravos. [...]
Mas, como a literatura específica nos diz que a diversificação da economia mineira já se fazia sentir desde o início do setecentos, os cativos eram necessários justamente para impulsionar essa diversificação. Por outro lado, o Caminho Novo era bem mais curto em relação ao Caminho do Sertão. Apesar disso, segundo os dados relacionados neste trabalho, o Caminho do Sertão se perpetuou para o tráfico. Tal fato talvez esteja associado aos “custos” dos tributos pagos pelo tráfico, na medida em que ao transferir a sede do governo para o Rio de Janeiro, a política tarifária seria aplicada mais severamente. Portanto, o Caminho do Sertão, embora mais longo se apresentava mais atrativo devido às facilidades já descritas e, talvez, menos fiscalizado, o que propiciava os descaminhos de mercadorias, sobretudo, de escravos. (MARTINS & SILVA, 2006, pp. 18-19)

Este estudo sinaliza, portanto, para o comércio que por muitos anos manteve os caminhos do sertão da Bahia como via alternativa para o século XVIII no abastecimento da Capitania de Minas Gerais em áreas de mineração ou para o século XIX, no tráfico interprovincial que munuiu de braços a fronteira do café paulista.

A presença massiva de escravos no Alto Sertão da Bahia foi atestada em pesquisas, como as de Rosângela Miranda ou de Daniele Ramos¹⁸⁴ que identificaram para a Vila de Monte Alto, ao

¹⁸⁴ Ambas pesquisaram documentação referente à Vila de Monte Alto, localizada no baixio do médio S. Francisco, região do Alto Sertão da Bahia, com enfoques e recortes temporais diferentes. A tese de Rosângela Miranda intitulada:

analisar uma série de testamentos dos fazendeiros locais em inícios do século XIX, a constituição de riquezas significativas atestadas pelos expressivos valores de monte-mor relacionados. Nessa documentação, a relação de plantéis de escravos era também muito significativa.

Ao recorrer ao Livro de Batismos da Paróquia para o período entre 1781-1787 obteve-se os seguintes resultados:

Quadro 15 - FREGUESIA DE SENHORA SANTANA DE CAETITÉ
BATIZADOS 1781 – 1793
VIGÁRIO: Pe. José Machado do Couto

ANO	Total de registros	Registros / escravos	Filhos de mães solteiras	Outros
1781	5	1	1	3
1782	80	31	7	42
1783	65	28	4	33
1784	65	17	12	36
1785	102	25	13	64
1786	49	11	6	32
1787	30	9	2	19
Totais	395	122	45	229

Fonte: ARQUIVO DA PARÓQUIA DE CAETITÉ, Seção de Livros de Batismo.

Ao analisar os registros de batismos para o período proposto, verificaram-se variações nos assentos de batismos. Do total de registros feitos para o período (395 assentos) apenas uma parcela dos batizados estava claramente identificada como sendo escravos ou filho de escravos (122 assentos), o que representava 30,88%. Em uma análise mais detalhada percebe-se, contudo, que os perfis dos batizados estavam associados a pais solteiros/solteiras. Tomando como referência o número de assentos tacitamente associados a escravos, verifica-se para o período um número alto para a proporção escravos / livres, embora não se possa precisar essa proporção.

Considerando que para o contexto em questão a sociedade sertaneja, de fundamento religioso católico, não tolerava naturalmente a presença de mães solteiras, nem as concedia os sacramentos religiosos, deduz-se que esses registros se refiram a filhos de escravos ou forros. Outras pistas, a exemplo dos nomes e sobrenomes também fortalecem esse indício.

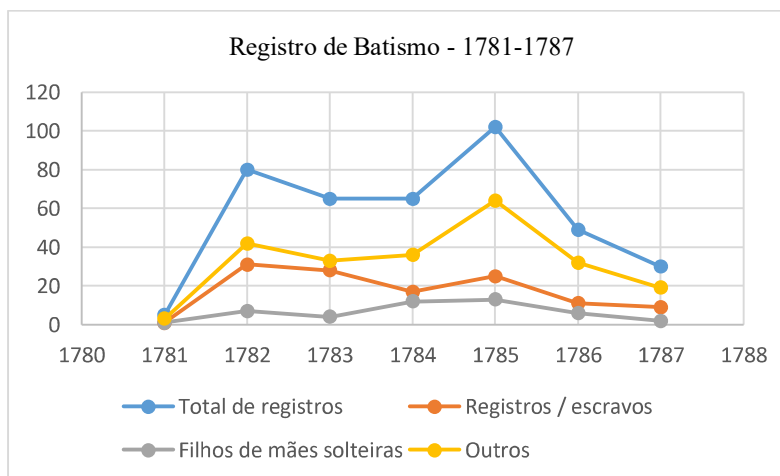
“Em diligência de se libertar”: Alforria, família escrava e tráfico interprovincial no Alto Sertão da Bahia – Termo de Monte Alto (1810-1888), evidencia a estrutura escrava nestes sertões, com ênfase para sua organização familiar e o tráfico interprovincial que promoveu o deslocamento dessa mão de obra para as fronteiras do café, na segunda metade do século XIX. Daniele Ramos produziu dissertação de mestrado intitulada *“O mundo aqui é largo demais”*: produção e comércio no termo de Monte Alto – alto sertão da Bahia (1890-1920), onde enfoca as atividades agrárias e comerciais e a constituição da riqueza do lugar.

Como o Livro de Registro de Batismos da Paróquia de Caetité não está claramente identificado como Livro de Batismos de escravos, intui-se que houve nesse livro uma mistura entre os assentos de batismo de escravos e livres. Em publicação sobre documentação eclesiástica como fonte para a pesquisa sobre escravidão, Aurelino José Ferreira Filho e Túlio Andrade dos Santos¹⁸⁵ afirmam que

Os documentos eclesiásticos seguem, ou deveriam seguir normas eclesiásticas de registros estabelecidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), elaboradas para adaptar as 40 instituições eclesiásticas do Império português às prescrições do Concílio de Trento (1545-1563). (LOTT, 2008), que indicam a distinção e separação entre registros de batismos, casamentos, e óbitos, e entre pessoas livres e escravos. No entanto, nos livros referentes à capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens não se seguiu esta norma, inexistindo separação entre escravos e pessoas livres, isto é, em um único livro registrou-se tanto os escravos quanto a população livre em geral (FERREIRA FILHO & SANTOS, 2012, p. 3)

O período de crescimento acentuado no registro de batismos de escravos (1782-1785), corresponde à introdução da lavoura algodoeira nos sertões da Bahia. Deduz-se com isso que essa atividade influenciou no aumento dos plantéis com base na expansão da cotonicultura sertaneja. Os gráficos a seguir ajudam a visualizar a dinâmica dos assentos de batismos para o período proposto.

Gráfico 7 - Registros do Livro de Batismos da Freguesia de Santana de Caetité



Fonte: ARQUIVO DA PARÓQUIA DE CAETITÉ, Seção de Livros de Batismo.

¹⁸⁵ Publicação apresentada no VI Simpósio Nacional de História Cultural ocorrido entre 24 a 28 de junho de 2012, sob o título: **Documentação eclesiástica e perspectivas de pesquisas sobre escravidão: a constituição de famílias cativas nos assentos de batismo e matrimônio no arraial de Campo Belo – MG (1835-1875).**

O fenômeno do tráfico interprovincial de escravos desenvolvido em meados do século XIX do Alto Sertão para outras províncias, como Minas Gerais, Rio e São Paulo, fartamente estudado por Erivaldo Neves, Fátima Pires e outros pesquisadores¹⁸⁶, também comprova a existência de uma economia sertaneja fundada no trabalho escravo. Neves identificou cerca de 1.200 procurações de traficantes que atuaram nesse período, operando o tráfico interprovincial por meio do deslocamento de pequenos comboios de escravos do Alto Sertão para as províncias sulinas.

Fátima Novaes Pires, estudiosa do tráfico interprovincial de escravos em sua obra *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*, pesquisou o cotidiano e as relações escravistas nesta região no início do século XIX a partir de processos-crime, percebeu a presença significativa dos escravos para o período pesquisado. Para ela há a percepção de que, se não dá para contestar de que esta é uma região de “senhores com poucos escravos”, também não se pode refutar a presença pulverizada de plantéis de escravos em toda a economia sertaneja (PIRES, 1993, p. 60). A autora também avalia:

De certo modo, não deixam de existir pequenos e médios plantéis. Porém, houve a incidência de distribuição de escravos pelas propriedades locais, fragmentando a escravaria em roças de pequeno e médio porte, onde trabalhavam com o gado e a policultura. (PIRES, 2003, p. 59)

Ao recompor um panorama acerca das vivências dos escravos no Alto Sertão da Bahia, com base nos registros e fragmentos de narrativas constantes dos documentos analisados, Pires (2003) constata a inserção da escravidão no cenário sertanejo, percebendo sua composição social, detalhes sobre o comércio negreiro e os preços praticados nos sertões, além das atividades desenvolvidas e as teias de relações estabelecidas entre eles. Ainda sobre os plantéis, ela diz:

Sabe-se que números mais elevados de escravos por senhor no sertão não foram tão comuns, durante o século XIX, mas mesmo uma pequena incidência não deve ser desprezada quando se consideram as relações escravistas na região. Ainda sobre os plantéis de escravos, uma questão significativa veio à tona ao pesquisarmos um dos Livros de Registro de Batismo de Caetité, do período de 1828-1832. Esse livro indica um total de 1.447 registros, dentre os quais 447 são de escravos, representando um terço dos registros. (PIRES, 2003, p. 60)

¹⁸⁶ Além dos trabalhos pioneiros de Erivaldo Fagundes Neves e Fátima Novaes Pires, a pesquisa de Rosângela Miranda, já citada anteriormente, Ricardo Tadeu Caires Silva com a tese *Caminhos e descaminhos da abolição: Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão – Bahia, 1850-1888* e o texto: *A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881)*; Valney Mascarenhas de Lima filho, com o texto: *O comércio de escravizados(as) na Bahia na segunda metade do Século XIX* e a tese de Ivanice Ortiz, *Meus filhos e minhas “crias”: escravos “de leite e de pé” no seio da família, na rota do tráfico e na luta pela liberdade (Caetité, Alto Sertão, 1830-1871)*, são algumas referências para o tema.

Os registros visitados por ela evidenciam plantéis que variavam entre 10 a 30 escravos. Se se considerar a natureza do trabalho das fazendas, significava uma força de trabalho relevante. Aplicada à pecuária por exemplo, essa força de trabalho seria suficiente para cuidado nas criações de gado *vacum* com plantéis que variavam de 500 a 1000 cabeças, conforme registros de Neves apresentados anteriormente. Se aplicados a cultura do algodão, um gênero exportado que garantia a produção de parte significativa da riqueza para o período estudado, também significava uma força de trabalho relevante para o trato das “roças” de algodão, tradicionalmente cultivadas no Alto Sertão da Bahia.

Essa análise leva em conta o fato de que o cultivo do algodão se dava em pequenos e médios roçados, como o emprego moderado de mão de obra, considerando que o seu processamento era simplificado e a maior parte da força de trabalho era empregada nas atividades de plantio e colheita. Erivaldo Fagundes Neves (2005) ao tratar da estrutura fundiária do Alto Sertão da Bahia no século XIX, fez levantamento das fazendas arrendadas pela titular do morgado pertencente à Casa da Torre em avaliação anual feita em 1819. Para o termo da vila de Santo Antônio do Urubu, ele identificou que havia 36% de pequenas unidades agrárias, 20% de médias e 44% de grandes propriedades. Para a Vila de Minas Novas, ambas com territórios que estendiam ao termo da Vila de Caetité, identificou-se 41% de pequenas glebas, 17% de médias e 42% de grandes propriedades. (NEVES, 2005). Ao apreciar as características agrárias dessas fazendas, Neves chega à constatação de que

Por serem regiões semiáridas, serranas e pedregosas ou de baixios arenosos, pouco apropriados ou impróprios para a agricultura, áreas com até mil hectares, no início do século XIX, não se constituíram unidades agrárias de significado econômico, porque produziam pouco mais que a subsistência do proprietário ou arrendatário e sua família. Parece razoável considerar, para essa época (1819), áreas com até 500 hectares, pequenas propriedades, com 501 a mil, médias, e a grande com mais de mil hectares NEVES (2005, p. 180).

Com isso, conclui-se que no Alto Sertão da Bahia prevalecia os latifúndios pecuaristas em modo extensivo de criação, dado à grande extensão, mas pouca qualidade dos solos. Os minifúndios policultores, localizados nas regiões de várzeas e vazantes de rios e riachos que eram destinados à plantação de alimentos, enquanto as áreas adjacentes eram destinadas ao cultivo de algodão.

De acordo com o “cálculo analítico” apresentado pelo Coronel Bitencourt em tópico anterior, cada escravo seria responsável por uma área plantada equivalente a um “roçado” com 500 pés de algodão. Isso seria suficiente para gerar resultado de mais de 60 arrobas por safra, o que

sugere que, mesmo os pequenos plantéis dariam resultados produtivos significativos para os padrões sertanejos. Retomando o conceito da fazenda mista tratada em tópico anterior, tem-se que sua eficiência na diversificação da produção estaria exatamente na capacidade de deslocar a mão de obra disponível para as diversas atividades desenvolvidas, evitando ociosidade nas flutuações sazonais de determinada produção.

De acordo com a publicação feita pelo Conselho Ultramarino português que trata da cultura do algodão no Brasil¹⁸⁷, as atividades de cultivo estavam em consonância com a pequena quantidade de mão de obra disponível. Diz o autor:

Depois de bem limpo o terreno que se intenta encher de algodoeiros, operação que se faz desde setembro até fins de novembro, procede-se à sua plantação ou sementeira. Quatro trabalhadores com enxadas bastam para plantar um grande campo de algodão; maior numero causaria confusão e desordem (IMPRESA NACIONAL, Lisboa, 1862, p. 6).

Após detalhamento dos procedimentos para a planta e cuidados com o algodoeiro, apresentando as técnicas para a sua correta execução, o autor ressalta as três operações necessárias para manutenção da lavoura algodoeira: o que ele chama de capação. “Quando o algodoeiro novo chega a três palmos ou três palmos e meio, cortam o olho ou sumidade das vergôntes (...) para que os sucos nutritivos ou seiva retrocedam e façam produzir galhos laterais”. Essa operação era repetida duas a três vezes antes da planta florear. A segunda operação, que se chama poda, “deve-se praticar nas primeiras águas [chuvas] que é quando principia a nova vegetação do algodoeiro”. Essa operação visava eliminar os ganhos que já produziram e concorrem com a seiva da planta, devendo ser eliminados.

A terceira operação é a “decotação” que consiste em cortar os algodoeiros pelo tronco após ciclo de cerca de quatro anos de produção para se estimular nova brota e evitar os custos com nova atividade de limpa e novo plantio das roças de algodão. Além dessas atividades com as roças de algodão, a “monda” ou “limpa” dos roçados, visavam eliminar as plantas concorrentes do solo,

¹⁸⁷ A publicação foi resultado de um compilado de informações, portanto, “esta memória composta de extratos de várias publicações importantes que nas línguas portuguesa, inglesa e francesa têm sido feitas sobre a cultura e preparação do algodão no Brasil, nas Antilhas e na América septentrional, em Nápoles e Sicília, Malta, Egypto, Argélia e província de Granada em Espanha, e na Índia britânica, em cujos vastos territórios o governo da extinta Companhia da Índia Oriental fez grandes esforços para conseguir o desenvolvimento e melhoramento da cultura d’esta planta”, como se afirmar na introdução. Se objetivo era, pela apreciação da cultura algodoeira, estimular o seu cultivo nas colônias portuguesas no ultramar, especialmente em África, como esforço do Conselho Ultramarino português em reedificar o seu império, após a perda do território brasileiro. IMPRESA NACIONAL, Cultura do Algodão – Notícia sobre esta cultura e modo de trazer o seu produto ao comércio. Lisboa, 1862.

utilizando enxadas e foices, geralmente antes do inverno ou das chuvas para estimular o vigoroso desenvolvimento das plantas.

As atividades descritas acima, apesar de constituir repertório específico para o melhor manejo da cotonicultura, não exigia conhecimento altamente complexo ou especializado, nem grande quantidade de mão de obra, como já se sinalizou. Eram perfeitamente compatíveis com os pequenos plantéis de escravos, dispensando operação mecanizada, já que se tratavam de “roças” de algodão e não grandes extensões monocultoras no modelo de *plantation*.

Os registros contábeis de Antônio da Silva Prado em suas negociações com os gêneros comercializados nos sertões incluíam também, naturalmente, os escravos. Em um dos registros ele assentou: “Por um Moleque q’ comprei 160\$000”. Adiante, registra novamente: “Por um moleque Mina.....180\$000 / Por uma Negrinha Cabinda..... 160\$000”¹⁸⁸. Esses assentamentos, contudo, não revelam explicitamente o comércio de pequenos ou médios plantéis em comboios, mas em geral, de 1 a 3 peças comercializadas o que sugere uma reposição de poucas peças considerando os pequenos plantéis existentes ou estratégias de escamotear esse comércio.

Em tese recém publicada¹⁸⁹, Ivanice Teixeira Silva Ortiz (2020) mapeia os principais ofícios ocupados pelos escravos no termo da Vila de Caetitê e apresenta os seguintes resultados: 70% dos escravos eram ocupados em atividades de roça ou lavoura, 21,14% ocupados com atividades domésticas, 21,14% eram empregados em ofícios que exigiam atividades especializadas como sapateiro, pedreiro, ferreiro, boticária, alfaiate, tecelão, arrieiro, fiandeira, costureira, rendeira etc., e 2,2% do total de escravos pesquisados alternavam suas atividades entre a casa e a roça. Na seção IV desta tese registra-se a ocupação de alguns escravos de ganho em atividades urbanas por meios dos ofícios especializados associados a construções.

Conclui-se, com isso, que a sociedade sertaneja se estruturava como sociedade escravista entre os séculos XVIII e XIX, com a presença de pequenos e médios plantéis associados à pecuária, à agricultura, às atividades tropeiras e inúmeras funções urbanas e rurais, domésticas ou não. Com

¹⁸⁸ APESP, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Fundo: Antonio da Silva Prado – Barão do Iguape / Grupo: Documentação de Trabalho / Sub-grupo: Contabilidade. Cód. IHGSP 063, Livro de Contas Correntes de A. da Silva Prado (1810 - 1819), consultado em maio de 2019.

¹⁸⁹ ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. Meus filhos e minhas “crias”: escravos “de leite e de pé” no seio da família, na rota do tráfico e na luta pela liberdade (Caetitê, Alto Sertão, 1830-1871). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação (doutorado) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2020. Nesta pesquisa, com enfoque para o trabalho infantil no contexto da escravidão do Alto Sertão da Bahia, ela traz elementos inovadores na abordagem sobre o tema, especialmente as vivências, sociabilidades e trabalho escravo de crianças escravizadas. Tais abordagens, consolidam a natureza da sociedade escravista nos sertões.

a expansão agrícola verificada em finais do século XVIII, especialmente com a lavoura algodoeira, a demanda por escravos aumentou proporcionalmente à exploração de novas áreas produtivas.

Na sociedade alto sertaneja baiana, a eficiência e capacidade de produção das unidades produtivas em escala suficiente para a inserção no comércio interno ou a exportação de gêneros não estaria proporcionalmente relacionada com a disponibilização de grandes plantéis de escravos, mas na capacidade de promover a racionalização de sua força de trabalho. Sendo assim, os pequenos e médios plantéis aí verificados estariam em plena consonância com o modelo produtivo adotado.

A seguir, passa-se a analisar a dinâmica mercantil do Alto Sertão da Bahia, com ênfase para a atividade tropeira, ao comércio de muares e a produção algodoeira. Além de abordar as operações próprias destas atividades, analisa-se também as estratégias de negociantes e produtores para fugir ao controle e cobrança de taxas da instituição camarária.